

Revista

Ano XV – N.º 86  
nov./dez. – 2022

# Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO



Facturação automática -  
pode ser aberta pelos correios

## ESCOLA NOVA

Manifesto dos Pioneiros, marco da defesa da escola pública, universal e laica, faz 90 anos



**ENTREVISTA**  
Leonardo Cruz, da UFPA,  
alerta para o avanço  
das tecnologias digitais  
sobre a educação no Brasil

**PÚBLICO E PRIVADO  
NA SAÚDE**  
Quais as propostas  
das entidades do setor  
privado para o SUS?

## ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



EPSJVfiocruz



@epsjv\_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462\*

\*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360  
Tel.: 21 3865-9797

Revista

# Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

## EXPEDIENTE

Ano XV - Nº 86 - nov./dez. - 2022

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde  
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Editor

André Antunes

Repórteres

André Antunes

Juliana Passos

Érika Farias

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo

Assessoria de Imprensa e Portal EPSJV

Erika Farias

Mídias Sociais

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria / Nazareth Viana

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alda Lacerda

Alexandre Moreno

Ana Reis

Anamaria Corbo

Carolina Dantas

Cristiane Sendim

Edilene Pereira

Etelcia Molinaro

Ingrid D'avilla

Letícia Batista

Luana Freitas

Marcia V. Morosini

Monica Vieira

Paulea Zaquini

Raquel Moratori

## SUMÁRIO

2

### NOTAS

4

### CAPA

Direito de todas e todos

12

### ENTREVISTA

Leonardo Cruz

'Temos que discutir quais são os interesses por trás desse avanço das tecnologias sobre a educação'

16

### SOBERANIA ALIMENTAR

Contra a fome, a agroecologia

20

### TRABALHO

O que está por trás da 'Grande Renúncia'?

22

### PÚBLICO E PRIVADO NA SAÚDE

O que o setor privado quer para a saúde do Brasil?

27

### DICIONÁRIO

Branquitude



Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: [comunicacao.epsjv@fiocruz.br](mailto:comunicacao.epsjv@fiocruz.br)



foi motivada pela ADO 59, uma Ação de Inconstitucionalidade por Omissão, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2020. A ADO argumenta que o governo de Jair Bolsonaro deixou parados R\$ 3,2 bilhões de forma inconstitucional. Em abril de 2019, o governo federal publicou o decreto nº 9.759/2019 e extinguiu os comitês de gestão do Fundo sob alegação de havia irregularidades no uso de recursos por parte de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Reportagem do Portal O Eco de setembro de 2019 diz que de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) e ao contrário do que disse o governo, a maioria do dinheiro (60%) é destinada à União e Estados e 38% para entidades do terceiro setor e tem como destino a preservação do bioma, monitoramento do desmate e ações de uso sustentável. O Fundo foi proposto pelo governo brasileiro em 2007 durante a 13ª Conferência da ONU sobre as Mudanças no Clima (COP-13) e criado no ano seguinte. O principal país doador é a Noruega, seguido da Alemanha. ●

## ●● STF determina retorno do Fundo Amazônia

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Fundo Amazônia seja reativado em até 60 dias e declarou como inconstitucionais os decretos que foram feitos para interromper o funcio-

namento do Fundo. A decisão foi tomada pela corte no dia 3 de novembro por sete votos a um. O único ministro que votou contrário Kássio Nunes Marques, indicado ao cargo pelo presidente Jair Bolsonaro. O prazo estipulado pelo STF coincide com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, que assume o cargo a presidência da República pela terceira vez. A decisão do STF

## ●● Governo volta atrás em novos cortes no orçamento de instituições federais de ensino

Após mobilização encabeçada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica (Conif) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o governo federal voltou atrás na intenção de efetuar mais um contingenciamento no orçamento dos institutos e universidades federais em 2022. No dia 7 de outubro, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia

publicou portaria suspendendo o bloqueio realizado dois dias antes, pelo decreto 11.216, que bloqueou R\$ 147 milhões da Rede Federal e outros R\$ 328,5 milhões das universidades federais. Em nota publicada em suas redes sociais, o Conif anunciou o restabelecimento do valor que havia sido contingenciado em outubro, mas ressaltou que permanece vigente o bloqueio de 7,3% do orçamento dos institutos federais para 2022 anunciado em junho pelo governo, equivalente a R\$ 189 milhões. Segundo o Conif, os bloqueios têm impactado principalmente os recursos disponíveis para a assistência estudantil na Rede Federal.

Também nas redes sociais, o presidente da Andifes, Ricardo Marcelo Fonseca, expressou satisfação pelo que chamou de “vitória” da mobilização dos reitores, trabalhadores e estudantes das universidades federais e dos institutos federais, mas cobrou a “reversão integral” dos bloqueios realizados pelo MEC no primeiro semestre de 2022. Os cortes somam R\$ 437,9 milhões do orçamento discricionário das universidades federais, o que segundo a Andifes vem afetando serviços de manutenção das universidades, tais como segurança, restaurante universitário, água, luz, além do pagamento de bolsas de auxílio e permanência de estudantes. ●



## Pesquisa do Idec mostra que 59% dos alimentos ultraprocessados contêm veneno

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) divulgou um estudo referente a 2022 em que analisa a existência de agrotóxicos em derivados de carne e leite como salsicha, empanado de frango e hambúrguer bovino. No total, foram analisadas 24 amostras de alimentos das marcas mais consumidas. A escolha dos produtos analisados também respeitou o critério

de alto consumo, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2017/2018). O resultado foi que 60% dos ultraprocessados de origem animal analisados contêm resíduos de agrotóxicos. Ultraprocessados são formulações industriais com baixa quantidade de nutrientes e extremamente calóricos. De acordo com o relatório, os agrotóxicos chegam aos animais seja pela alimentação, uma vez que há uso intensivo desses produtos nas plantações de soja e milho, e diretamente nos animais para o controle de pragas. O achado é semelhante a pesquisa de 2021, quando foram en-

contrados resíduos de veneno em bebidas, biscoitos e bolhadas em 59,3% dos casos. Uma situação que pode piorar com a aprovação do Projeto de Lei 6.299/2002, também conhecido como "Pacote do Veneno" e que agora está no Senado (PL 1459/2022). A proposta do PL é tornar mais fácil a aprovação das substâncias e, de acordo com o Idec, deve ser votado ainda este ano. ●

TOMAZ SILVA/ AGÊNCIA BRASIL



puxado por ocupações que não requerem formação superior, chamadas de não típicas pelo Dieese, entre os quais balconistas e vendedores de lojas (16,4%) e vendedores a domicílio (6,8%). Já entre as ocupações típicas da formação superior, o crescimento foi mais modesto: de 3,4% entre os profissionais das ciências e intelectuais e de 3% entre gerentes e diretores.

O boletim aponta ainda que em relação ao rendimento médio real somente os trabalhadores ocupados sem instrução e com menos de um ano de estudo e aqueles com fundamental completo apresentaram crescimento no período, respectivamente de 3,2% e 0,8%. Os trabalhadores com ensino médio incompleto ou completo e os com nível superior incompleto ou completo apresentaram quedas de rendimento médio real.

"O mercado de trabalho vai se precarizando não somente no estabelecimento de vínculos de trabalho sem proteção trabalhista ou social, mas também por meio da geração de empregos pouco complexos e pela perda de rendimentos. O aumento da escolarização da população, visto na última década, tem sido pouco aproveitado pelo mercado de trabalho nessa retomada da atividade econômica", conclui o documento do Dieese. ●



## Ocupação cresce principalmente em posições que exigem menos escolaridade e com menores salários

Após mais de dois anos de pandemia, o número de brasileiros ocupados superou o período anterior à crise sanitária. É o que aponta um boletim do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgado em outubro. Segundo o órgão, no entanto, a ocupação tem crescido prioritariamente em posições que requerem menos escolaridade e que pagam menores salários, "o que revela um mercado de trabalho empobrecido e com poucas perspectivas

de ascensão para os trabalhadores", segundo o Dieese.

O boletim aponta que o número de pessoas ocupadas aumentou 9,9% entre o segundo trimestre de 2021 e o de 2022, quando havia 98,3 milhões de trabalhadores ocupados no país, contra 89,4 milhões no ano anterior. Os números de 2022 superaram os 94,2 milhões do segundo trimestre de 2019. Os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados foram o grupo que mais cresceu no período (17,9%), seguido pelos operadores de instalações e máquinas e montadores (15,8%).

Entre os trabalhadores com ensino superior completo, o crescimento tem sido

# DIREITO DE TODAS E TODOS

Manifesto em defesa da escola pública, gratuita e laica completa 90 anos e ainda não teve seus ideais implementados

JULIANA PASSOS

Um texto clássico é aquele que força a reflexão sobre o momento atual. E esse é exatamente o caso do que ficou conhecido como o “Manifesto dos Pioneiros”, lançado há 90 anos nos jornais de circulação nacional. Seu título completo era “A Reconstrução Educacional no Brasil: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – Ao Povo e ao Governo”, e o povo ali não é mero acaso, diz a professora Libânia Xavier, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Era uma forma de comprometer o governo, uma vez que o documento seria lido pela elite letrada, enquanto a maioria da população era analfabeta”. E ainda que se falasse em “reconstrução”, para José Eustáquio Romão, um dos fundadores do Instituto Paulo Freire, o documento é a “certidão de nascimento da educação brasileira, com todas as suas ambiguidades, é um dos instrumentos mais importantes dessa história”. Um documento que defende “com muita ênfase a educação como direito de todos e de todas, sua obrigatoriedade e gratuidade”, diz o professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas Gerais) Carlos Jamil Cury.



IEB/USP

O principal redator do manifesto, Fernando de Azevedo, em visita a colégio no Rio de Janeiro. Em 1926, Azevedo foi responsável por realizar o “Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo” a pedido do jornal O Estado de S. Paulo.

Além disso, lembra a professora da Universidade de São Paulo (USP) Carmen Sylvia Moraes, o texto se opõe à diferenciação de um ensino para as elites e outro para a classe trabalhadora. Sua lembrança se dá em oposição a recente implantação da Reforma do Ensino Médio em alguns estados – com ideias opostas ao que se defendia há quase um século e classificada por ela como “apartheid social” ao direcionar precocemente a classe trabalhadora ao ensino técnico. “O ensino médio sempre foi o algoz da educação por marcar a dualidade de um ensino para as elites e outro para classe trabalhadora. Na carta está bem clara a proposta de que o conteúdo curricular fosse ao alcance de todos”, diz. Romão completa: “o manifesto é importante porque reuniu esses educadores em um movimento com duas tendências muito fortes: a unificação daquilo que poderia se chamar no futuro de sistema nacional de educação, uma vez que só existiam sistemas estaduais e da profissionalização da educação, porque antes a educação era quase uma missão amadorística”.

As consequências não vieram apenas das ideias expostas, mas também pelos cargos de gestão que alguns dos signatários assumiram e se refletem até hoje. “A perspectiva da reprodução de profissionais para atuarem na educação básica – formando uma consciência nacional e uma mentalidade mais racional –, bem como para exercerem as atividades de pesquisa e ocuparem postos nas universidades e na administração pública, nos permite traçar uma linha temporal que articula o conjunto de iniciativas empreendidas pelos signatários do Manifesto de 1932”, escreve a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Clarice Nunes, no artigo “O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932): o compromisso com uma vida educada”.

## E por que o manifesto foi lançado?

A virada da década de 1920 para 1930 foi marcada por movimentações políticas intensas no país e que levaram à chamada Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas na presidência do governo provisório, seguida pelo início da ditadura de Vargas em 1937. Um momento de aceleração no processo ainda incipiente de industrialização do país, da criação das universidades e do começo da institucionalização da ciência no país. “Esse é um período em que havia um esforço de reorganização da sociedade brasileira, que transitava de uma sociedade agrária exportadora para uma sociedade urbana industrial. E nesse terreno, os Pioneiros elaboram qual seria a educação adequada para essa nova sociedade, a sociedade urbana

industrial”, contextualiza Lucelma Braga, professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Diante de um desejo de mudança geral, os Pioneiros acreditavam que ela viria a partir da democracia e da educação.

No entanto, nem tudo era novo. As propostas que os Pioneiros traziam já estavam sendo gestadas desde a década de 1920, diz Clarice Nunes em seu artigo. “A década de 1920 representa o tempo de afirmação de propostas: as reformas estaduais; a batalha com os católicos e com o atraso educacional; mais amplamente, a afirmação modernista, a de partido político democrático; enfim, a vigorosa proposta de um republicanismo, não de fachada, mas autêntico”.

O estímulo para a elaboração da carta vem do próprio governo provisório, que propôs aos organizadores da 4ª Conferência Brasileira de Educação, realizada em dezembro de 1931, que elaborassem um documento com as demandas nacionais da educação ao final do encontro. O mesmo governo já havia criado, ainda em 1930, o que hoje é conhecido como o Ministério da Educação (MEC). A Conferência foi organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924, que já estava dividida entre aqueles que defendiam uma educação laica e os que queriam a continuidade do ensino religioso. Diante do impasse, o coordenador da conferência, o jornalista e professor Carlos Nóbrega da Cunha, declarou que não seria possível elaborar o documento. Ele então encarregou Fernando de Azevedo, responsável por implementar na década de 1920 uma reforma educacional do Distrito Federal, então localizado no Rio de Janeiro, como responsável por redigir as propostas. Ao lado dele, outros 25 intelectuais e

educadores signatários que defendiam um modelo de educação laico, obrigatório e gratuito baseado no modelo pedagógico proposto pela Escola Nova.

Com isso, aqueles que eram favoráveis ao ensino religioso deixaram a ABE e criaram em 1933 a Confederação Católica Brasileira de Educação, organização que garantiria a inclusão do ensino religioso na Constituição de 1934. “Praticamente todos eram católicos, mas o que havia era uma interferência muito grande da Igreja Católica em assuntos educacionais”, diz Carlos Carvalho, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Já Clarice Nunes escreve que o manifesto “promove um deslizamento da crença dos educadores, até então canalizada predominantemente pelos valores das instituições religiosas (no caso, sobretudo, a Igreja), para os valores científicos capazes de produzir, quando aplicados à educação, um novo *ethos*”.

## E o que eles defendiam?

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade o da educação”, começa o texto. Mais a frente, os autores questionam o pouco reflexo das mudanças da sociedade na educação. “Porque os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que os encerrou a república, há 43 anos, enquanto nossos meios de locomoção e os processos de indústria centuplicaram de eficácia, em pouco mais de um quartel de século? Porque a escola havia de permanecer, entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando, por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já

# A consciencia da verdadeira papel da escola na sociedade impõe o dever de concentrar a offensiva educacional sobre os nucleos sociais...

## A reconstrução nacional no Brasil através de um manifesto dirigido ao povo e ao governo pelos expoentes da campanha que se vem desenvolvendo



Sr. Alfredo Pederzoli

**A reconstrução educacional**  
 Não se trata de um manifesto. É um documento de natureza educativa e que se insere, no âmbito da reconstrução educacional, com que tem sido criada e desenvolvida, através dos grupos de educação, dentro da qual se encontra o movimento de reconstrução nacional. Não foram aqueles alunos que abandonaram a escola para trabalhar em fábricas e em estabelecimentos comerciais, mas sim aqueles que foram atraídos para os grupos de educação, dentro da qual se encontra o movimento de reconstrução nacional. Não foram aqueles que foram atraídos para os grupos de educação, dentro da qual se encontra o movimento de reconstrução nacional. Não foram aqueles que foram atraídos para os grupos de educação, dentro da qual se encontra o movimento de reconstrução nacional.



Sr. Fernando Azevedo

# PARA PHILOSOPHAR SOBRE O AZAR!

O club dos que tiveram o exemplo frizante da má sorte

**LONDRES, 26 MARÇO (R.P.)** — O azar não pode ser encarado à sua falta de sorte philosophicalmente. É que a sorte de um indivíduo não é uma constante. Uma vez que a sorte é uma constante, o indivíduo não pode ser considerado azaroso. Uma vez que a sorte é uma constante, o indivíduo não pode ser considerado azaroso.



### CONCURSO DE SOLUÇÕES TERCEIRA SEMANA

PROBLEMA N. 741

PROBLEMA N. 742

PROBLEMA N. 743

PROBLEMA N. 744

PROBLEMA N. 745

PROBLEMA N. 746

PROBLEMA N. 747

PROBLEMA N. 748

PROBLEMA N. 749

PROBLEMA N. 750

**PROBLEMA N. 741**  
 O Club de Xadrez de Rio de Janeiro mandará gravar por este meio, no dia de hoje, 28 de março, a palavra "torres", e nome de cada vencedor e o valor que receberá o prêmio principal.

**PROBLEMA N. 742**  
 O Club de Xadrez de Rio de Janeiro mandará gravar por este meio, no dia de hoje, 28 de março, a palavra "torres", e nome de cada vencedor e o valor que receberá o prêmio principal.

Manifesto dos Pioneiros ganha destaque na edição de 28 de março de 1932 no jornal O Globo

desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação?"

Naquela época, a educação não estava organizada como política pública nacional e os Pioneiros apresentam uma proposta para suprir essa lacuna e que foi aperfeiçoada ao longo dos anos, explica Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Tanto Ramos quanto José Romão ponderam que ainda que não existia uma legislação específica para o Sistema Nacional de Educação (SNE), uma demanda antiga e que teve seus desdobramentos mais recentes abordados na Poli nº 83. "A Lei de Diretrizes e Bases, por exemplo, é uma lei nacional; as diretrizes gerais que o Conselho Nacional de Educação formula são válidas por todo território nacional. Então, na prática existe um sistema. Ele pode ser não muito bem articulado, tem defeitos e muitos educadores consideram que é necessário aprovar uma lei com o nome sistema nacional de educação do ponto de vista legal. Eu também acho que é importante, mas o sistema existe na prática e teve seu começo no manifesto", diz Romão.

Na configuração elaborada pelos signatários, caberia ao Estado ser o grande articulador desse sistema. Uma proposta inspirada também em experiências concretas, uma vez que alguns dos signatários foram gestores dos sistemas de ensino estaduais ou municipais. Esse é o caso de Fernando Azevedo, responsável por reformas no Rio de Janeiro e São Paulo; Manuel Lourenço Filho no Ceará e Anísio Teixeira na Bahia e Rio de Janeiro. Na proposta, à União caberia a educação em todos os níveis, enquanto os estados seriam responsáveis pela gestão no interior. Na estrutura indicada por eles, deve haver o respeito a autonomia das regiões

e a realização de uma gestão descentralizada, ao mesmo tempo em que cabe ao Ministério da Educação zelar pelo cumprimento dos princípios constitucionais e previstos em lei relativos à educação. "Ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios, fazendo executar as orientações e os rumos gerais da função educacional, estabelecidos na carta constitucional e em leis ordinárias, socorrendo onde haja deficiência de meios, facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural", diz o texto.

Atentos às questões econômicas e às variações de orçamento, o texto também pede a garantia de recursos para assegurar os meios e os materiais para a administração da função educacional. "A autonomia econômica não se poderá realizar, a não ser pela instituição de um "fundo especial ou escolar", que, constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos do ensino, incumbidos de sua direção", escrevem. Um pedido que foi atendido pela Constituição de 1934, que em seu artigo número 156 diz "a União e os Municípios aplicarão

nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal, nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos". Uma determinação que não chegou a ser concretizada com o início da ditadura de Getúlio Vargas.

Para além de uma educação como direito de todos, laica e pública, o manifesto também defende uma outra maneira de educar as crianças e jovens de sete a 18 anos de ambos os sexos, uma novidade em comparação ao que defendia as escolas de ensino religioso. "A educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida", disparam os signatários do manifesto, sem deixar de reconhecer que a educação está vinculada à filosofia de cada época. A velha estrutura que mencionam é uma educação que está desvinculada de um saber científico e está voltada para aqueles que têm maior poder econômico. Essa noção deveria ser substituída por uma educação que assuma um "caráter biológico", "reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser



educado até onde o permitiam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social”, diz o texto.

Para Libânia Xavier essa defesa do biológico pode causar estranheza nos dias de hoje, mas se trata principalmente de uma defesa da ciência e do questionamento de privilégios. “Essa ideia do direito biológico está baseada na percepção de que a sociedade era um organismo vivo e que a escola, como instituição social, deveria proporcionar um desenvolvimento cognitivo. Naquele momento a psicologia ainda está muito calcada nos testes de inteligência, acreditando que era possível e interessante cientificamente você estabelecer escalas de coeficiente de raciocínio e que por meio dessas escalas fosse possível adequar o ensino ao desenvolvimento biológico e cognitivo de cada aluno ou dos alunos”, argumenta.

Carlos Cury reforça que a menção ao biológico se deve a uma visão de educação integral, da sociedade como organismo e completa: “o manifesto adere claramente à pedagogia escolanovista em oposição a uma escola em que o aluno era um mero receptor, então propõe uma visão de um aluno que seja estimulado no seu potencial a pesquisar, a buscar fontes, a fazer estudo do meio, a invadir a biblioteca, é esse tipo de aluno ativo. Então a gente pode dizer que se trata de uma passagem de uma educação centrada no professor para uma educação centrada no aluno”, diz.

“  
CLASSE NÃO É UM  
CONCEITO PARA  
OS LIBERAIS NEM PARA  
O MANIFESTO. A ESCOLA  
DEVERIA SER VOLTADA  
PARA OS INTERESSES  
E POSSIBILIDADES  
DOS ESTUDANTES E  
DEMOCRATIZADA. É UMA  
AMPLIAÇÃO DO DIREITO,  
MAS DELIMITADO A SUA  
CONDIÇÃO DE CLASSE”

**MARISE RAMOS**

professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz



Anísio Teixeira (segundo à esquerda) em visita a exposição realizada na Escola Parque de Salvador, em 1952

### E qual era a proposta pedagógica defendida?

Os pesquisadores ouvidos por essa reportagem lembram que, apesar de diverso, o grupo de 26 signatários defendia o modelo de educação da Escola Nova com um maior ou menor grau de radicalismo democrático, ainda que socialistas estivessem presentes nas figuras de Paschoal Leme e Roldão de Barros. O movimento escolanovista era um movimento internacional e teve como seu principal nome o filósofo norte-americano John Dewey e tinha propostas liberais clássicas. O que significa “defender a laicidade do Estado, as liberdades individuais e a liberdade de mercado. Naquele momento, o pensamento liberal estava se opondo ao pensamento conservador que se condensava com as monarquias e era o mais avançado naquele momento porque se opunha tanto à monarquia quanto ao poder da Igreja”, explica Marise Ramos.

Como um modelo que deslocava a atenção do professor para o estudante, há uma defesa da participação dos alunos na gestão da escola. Isso foi experimentado, conta Libânia, no Colégio

Estadual Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro, o primeiro a passar pela mudança, mas construído ainda na época do Império. “Essas experiências, infelizmente, não tiveram prosseguimento, mas ela traz para dentro da escola o questionamento da sociedade e a possibilidade de que a escola pode formar pessoas que queiram criar um mundo diferente”, defende. Ao mesmo tempo, a professora da UFRJ diz que há limites para essa mudança. “[O modelo baseado na democracia americana] não vai questionar a existência de classes sociais, mas ela vai querer, no caso do Anísio Teixeira, aprofundar e ampliar a igualdade social. Ele acreditava que por meio de uma experiência democrática vivida na escola, a sociedade poderia se transformar e ampliar a participação”, explica. “Classe não é um conceito para os liberais nem para o manifesto. A escola deveria ser voltada para os interesses e possibilidades dos estudantes e democratizada. É uma ampliação do direito, mas delimitado a sua condição de classe”, acrescenta Ramos.

E mesmo entre defensores da Escola Nova havia divergências. “O Anísio Teixeira, que depois vem a se constituir em um dos



A poeta Cecília Meireles discursa em evento da Associação Brasileira de Educação. À direita está Fernando de Azevedo. Além de signatária, Meireles tinha uma coluna no jornal *Diário de Notícias* entre 1930 e 1933 em que escrevia sobre educação.

principais intelectuais no campo da educação no Brasil, tinha uma visão muito mais aberta, muito mais inovadora do que quem redigiu o manifesto que foi o Fernando de Azevedo. O Anísio era o defensor mais radical e isso o aproximava do Paschoal Leme, dessa ideia da educação pública, gratuita e laica”, acrescenta o professor da UFU Carlos Carvalho. Entre outras diferenças existentes dentro das propostas da Escola Nova defendidas pelos signatários está a possibilidade de participação de escolas privadas, diz o professor. Enquanto Fernando de Azevedo defende a participação privada nesse processo, Anísio Teixeira se opõe aos subsídios às escolas particulares. No entanto, o que aparece no texto é a concepção de Azevedo, ainda que como medida temporária, onde se lê: “Afastada a ideia do monopólio da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a ‘escola única’”. Um temporário que dura até os dias de hoje, sem que o ensino comum a todos tenha sido implementado.

Apesar da comparação frequente entre as concepções democráticas defendidas por Fernando

Azevedo e por Anísio Teixeira, é Azevedo e o principal redator do texto. Já Teixeira é considerado um dos nomes mais progressistas entre os signatários. Como foi também, diz Romão, “a grande educadora que não é reconhecida assim, mas apenas como poeta, que é a Cecília Meireles, uma das poucas mulheres que assinou o manifesto”. Se não foi a voz de destaque no primeiro manifesto, não foi por falta de proximidade com as ideias da Escola Nova. Teixeira foi discípulo direto de John Dewey e estudou com o educador nos Estados Unidos. “E de lá trouxe ideias para concepção das escolas parque”, continua Romão.

### E o ensino profissional?

“A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se consi-

dera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes”. Esse trecho do manifesto mostra o quanto o trabalho é uma pauta importante para os Pioneiros. A crítica ao combate à dualidade do ensino também é colocada expressamente e, propõem que o ensino secundário – o que hoje se entende por segunda metade do ensino fundamental e ensino médio – seja pautado por um currículo que não divorcie atividades manuais das intelectuais

em seu primeiro ciclo. “A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18)”, em seção de preponderância intelectual (com os 3 ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio)”, propõe o texto.

Ainda que existam diferenças de perspectivas pedagógicas, Carmen Moraes defende que havia trocas entre os educadores, embora se conheça pouco dessa história. “Dewey esteve na União Soviética e tem um diário em que ele conta uma passagem de encontro com educadores que estavam discutindo a educação para o trabalho, o trabalho como princípio educativo. Então ele provavelmente assimilou algumas práticas pensadas ali voltadas para a organização do ensino. Ao mesmo tempo em que a Rússia publicava livros da Escola Nova”. Moraes acrescenta que o formulador da Escola Nova foi um grande defensor dos direitos humanos e que protegeu, nos Estados Unidos, pessoas que estavam perseguidas pelos regimes nazista, na Alemanha, e stalinista, na União Soviética. “Inclusive deu guarida para [um dos líderes da Revolução Russa] Leon Trotsky”. Ao mesmo tempo, “Dewey acreditava na potencialidade civilizatória do capitalismo”.

Para se referir ao modelo de

integração entre ensino profissional e intelectual, os pioneiros falam em escola única, um nome bastante próximo daquilo que foi proposto por Antonio Gramsci, como escola unitária. Mas a professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz Marise Ramos entende que é preciso diferenciá-las. Em livro sobre as correntes pedagógicas no Brasil, Ramos argumenta que a Escola Nova pauta o aprendizado de maneira psicobiológica e é organizada a partir das áreas de interesse do aluno. “Na base dessa proposta está a crítica à compartimentalização e estratificação do conhecimento em disciplinas isoladas. Em contraposição, as matérias seriam desenvolvidas em conexão ativa e concreta com o mundo, por meio de temas relativos à vida dos alunos”, escreve. Em seguida, ela acrescenta que ao considerar estudante e professor individualmente, o modelo torna-se idealista por considerar a educação como motor de modificação da sociedade, sem considerar as condições históricas e sociais dessas pessoas e dessa forma, entendido como um modelo de educação não-crítico.

Essa perspectiva se contrapõe à proposta de Gramsci que pauta o modelo educacional pela ideia de que os sujeitos não podem estar descolados do tempo em que vivem. “A educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, de modo que a escola cumpre a função de colocar o estudante em contato com a história humana e com a história das coisas, sob o controle do professor”, escreve Ramos ao explicar a proposta gramsciana, de inspiração marxista. Em outras palavras, a contradição está na realidade e não no pensamento, acrescenta. Ideias que surgiram diante do aumento de escolas profissionalizantes em seu país durante o regime

fascista de Mussolini e que levaram o educador Dermeval Saviani a elaborar o método histórico-crítico de educação, que prevê a existência de escolas politécnicas ou unitárias, nesse caso usados como sinônimos. “A diferença é que na proposta de Saviani você tem a formação não apenas de um trabalhador competente no âmbito da sua inserção profissional, que ele seja um bom médico, advogado, um bom trabalhador em empresas, mas ele tenha um conhecimento crítico daquilo que envolve o seu fazer profissional, e ele possa então em função disso caminhar no sentido de diminuir as desigualdades, diminuir a exploração, mas também dos entraves que dificultam que esses trabalhadores tenham o acesso a um compartilhamento dos bens sociais que eles ajudam a produzir. Isso realmente não aparece no manifesto”, diz o professor da PUC-Minas Carlos Cury.

“

O ENSINO NACIONAL VAI SER ORIENTADO PELA REFORMA PAULISTA E NÃO PELA EDUCAÇÃO QUE ESTAVA NA CARTA, QUE DEFENDIA UM ENSINO DEMOCRÁTICO, DE ACESSO A TODOS, COM ENSINO MÉDIO MAIS LONGO E AÍ SEGUINDO AQUELES PRINCÍPIOS LIBERAIS DE QUE TODOS DEVEM TER AS MESMAS CONDIÇÕES DE DISPUTA”

**CARMEN SYLVIA MORAES**

professora da Universidade de São Paulo (USP)

CPDOC/FGV



Getúlio Vargas (centro) foi um dos idealizadores do Sistema S

## Consequências e legado

ICONOGRAPHIA



A frente do Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema foi o responsável por implementar o modelo de educação do Estado Novo

Apesar da defesa dos Pioneiros de uma mesma educação para todos, não é essa a proposta implementada nos anos seguintes. E essa divisão é implementada justamente pelo principal responsável pela carta, quando assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1933, e promulgou o código de educação do estado. “Fernando de Azevedo fez um grande movimento para ouvir educadores e essa proposta foi importante para São Paulo porque elevou o ensino técnico do primário para o secundário, mas faz na forma dual”, diz Carmen Moraes. E é a reforma de São Paulo que vai orientar o ensino nacional. “O ensino nacional vai ser orientado pela reforma paulista e não pela educação que estava na carta, que defendia um ensino democrático, de acesso a todos, com ensino médio mais longo e aí seguindo aqueles princípios liberais de que todos devem ter as mesmas condições de disputa”, continua.

A dualidade do ensino é a marca do período de Getúlio Vargas no poder. É dessa época a criação de estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), Petrobras e Fábrica Nacional de Motores (FNM) e diante de um forte movimento para a industrialização do país, não apenas composto por estatais, Vargas faz um convite para que os empresários participem da criação de um sistema para a educação tecnológica. O professor da PUC-Minas conta que inicialmente houve resistência diante de uma proposta que incluiria mais impostos para o que seria hoje “a turma da Faria Lima”, mas após ouvirem que a segunda opção seria a gestão por parte dos sindicatos, a elite industrial aceitou o pedido. E assim foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em decreto de janeiro de 1942. O responsável por efetivar o ensino dual no país foi Gustavo Capanema, ministro da Educação entre 1934 e 1945. Reforma Capanema foi

como ficaram conhecidas as Leis Orgânicas que passaram a organizar a educação no Brasil em âmbito nacional e separaram o ensino profissionalizante do ensino regular ou propedêutico. E mais do que dividir as formas de ensino, aqueles que cursaram o ensino profissionalizante não tinham a possibilidade de validar seus estudos e seguir para uma universidade. Instituições, é verdade, ainda bem raras no Brasil. A Universidade de São Paulo, por exemplo, foi criada em 1934, também com apoio do principal redator do Manifesto dos Pioneiros. É de apenas três anos antes do Estatuto das Universidades Brasileiras, que obrigava as instituições - públicas ou privadas - a oferecerem pelo menos três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. A possibilidade de equivalência dos estudos vem com a primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961. No entanto, conforme explica reportagem da Poli nº 72 a LDB segue com a divisão do que hoje chamamos de Ensino Médio: o curso de formação de professores, o ensino técnico e o secundário. Essa divisão, na prática, permitia a elaboração de currículos diferentes e dificultava a entrada daqueles que não cursaram o secundário, curso destinado àqueles que seguiriam para a universidade.

Entre os bons exemplos vindos dos Pioneiros, Anísio Teixeira assumiu no final de 1931 a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, que na época era a cidade do Rio de Janeiro. “Na gestão de Anísio Teixeira, no ensino primário, a questão da quantidade, em termos de ampliação de vagas, via reorganização das matrículas e criação dos novos prédios escolares chegou a um ponto que alterou a qualidade da escola”, escreve Clarice Nunes, da UFF. A construção de novos prédios escolares chegou

a 25, no entanto era apenas a terça parte do inicialmente planejado e em 1935 havia 106.707 crianças matriculadas em um universo de 142.392. Anísio também chegou a normatizar um fundo para garantia de recursos como previsto no texto de 1932, mas não conseguiu concretizá-lo. Também foi com dificuldades que conseguiu recursos para a construção dos prédios escolares e quando renunciou ao cargo, em 1935, ainda havia escolas em espaços alugados. “Os prédios de aluguel ainda existiam, mas as exigências de suas condições, em termos de espaço e outros requisitos, haviam sido legalmente ampliadas pelos editais de concorrência”, detalha o texto da professora da UFF. Além da atuação no ensino primário, continua Nunes, os cursos de continuação e aperfeiçoamento de adultos - realizados em escolas técnicas secundárias entre 1934 a 1936 - alcançaram grande êxito. O motivo? Grande repercussão na imprensa e pelas associações de classes, que recebiam informes do também signatário Paschoal Lemme e mais próximo a ideais socialistas, coordenador de projeto. Em 1959, Anísio Teixeira passa ser o grande nome de uma nova carta que pede mudanças na educação “Mais uma vez Convocados: Manifesto ao povo e ao governo” em que voltam a defesa da escola pública, em um texto que serviria de inspiração para a primeira LDB, e mais uma vez a legislação acaba por conciliar interesses do Estado com privados. E a situação piorou com a chegada da ditadura empresarial-militar em 1964. É durante esse período, em 1971, que morre Teixeira, em circunstâncias ainda mal explicadas.

Para a professora Carmen Moraes, os grandes protagonistas dos ideais da educação não dualista nos ‘anos de chumbo’ foram os movimentos operários



Para a Carmen Moraes, um eventual novo manifesto precisará refletir sobre as atuais condições de trabalho em um contexto de precarização de direitos.

e seu papel de capacitação dos trabalhadores das fábricas, nesse caso, com uma formulação mais próxima da escola gramsciana ou politécnica. “Nós tínhamos escolas no Brasil inteiro nesse movimento clandestino e que se consolidaram como escolas operárias”, diz e continua: “Esse movimento fertilizou a nova organização do ensino médio, que influenciou a concepção de educação dos Institutos Federais. Não podemos esquecer também do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), cujas elaborações têm essa concepção de educação como base e que vão fomentar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)”. Discussões também incorporadas na elaboração da Constituição de 1988, quando ela prevê o acesso universal em todos níveis de ensino à escola pública e nos debates da nova LDB, aprovada em 1996, e que pouco leva em conta o trabalho como princípio educativo.

Sem deixar de reconhecer a importância do manifesto lançado há 90 anos para a defesa da escola pública, Carmen Moraes considera o lançamento de um novo documento, diante de tantas mudanças sociais na educação profissional e no mundo do trabalho. Entre as questões levantadas

por Moraes está a possibilidade de oferecer cursos técnicos de duração cada vez menor e focados em resolver problemas, sem tempo para que o domínio do processo e o conhecimento científico envolvido seja explicitado. A comparação feita por ela se dá em relação a chegada do Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011 e que limitou o Proeja ao dar prioridade aos cursos do Sistema S. “Com o Proeja, tanto o Ministério do Trabalho como da Educação começaram a usar o termo “arco educacional” e eliminar o termo “competência”, o que significa que o trabalhador vai ter uma compreensão para além do técnico, que engloba outros fazeres, e que permite que ele tenha um leque maior de opções de posições, porque ele tem um domínio maior do seu processo de

trabalho. Se você não entende física, química, sua qualificação vai ser muito baixa. Você precisa do conhecimento que dá sustentação aos saberes operacionais”, reflete. E fazendo um exercício de vislumbrar o que deveria ser dito em um novo manifesto, a professora aponta a necessidade de um diagnóstico do trabalho em um país que se desindustrializou desde a década de 1970 e da perda da proteção social com as recentes reformas da previdência e trabalhista. “Não podemos pensar a escola sem pensar na economia, no contexto social como um todo. Podemos ter uma escola boa com essa reforma trabalhista, que precariza tudo? São trabalhadores que estão vivendo eternamente o tempo presente, com uma reforma da previdência que não garante que o trabalhador possa gozar do seu direito de descanso”, finaliza. ●



**TEMOS QUE DISCUTIR QUAIS SÃO OS INTERESSES POR TRÁS DESSE AVANÇO DAS TECNOLOGIAS SOBRE A EDUCAÇÃO”**

**Leonardo Cruz**

O avanço das tecnologias digitais desenvolvidas por grandes empresas como Google e Microsoft sobre a educação pública no Brasil tem causado preocupação entre pesquisadores da área. Um processo cujos marcos iniciais se deram a partir de meados da década passada na educação superior, principalmente devido a demanda crescente por infraestrutura para armazenamento de e-mails nas instituições, cujos orçamentos vêm passando por sucessivos cortes ano após ano, mas que se espraiou com velocidade também na educação básica, devido à demanda criada pela adoção do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. Nesta entrevista, o pesquisador Leonardo Cruz, da Universidade Federal do Pará (UFPA), membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), argumenta que a dependência crescente dos serviços públicos em relação a empresas como a Google é motivo de alerta, uma vez que ainda há muito pouca transparência sobre o que é feito dos dados educacionais obtidos de milhões de estudantes, professores e gestores a partir do uso de ferramentas desenvolvidas pelas empresas. Para ele, a apropriação privada de uma quantidade enorme de dados digitais produzidos pelos serviços públicos brasileiros e seu armazenamento em *data centers* localizados nos Estados Unidos – cujas leis que regulamentam o acesso a esses dados são mais flexíveis e não têm sido capazes de conter vazamentos frequentes – levanta dilemas políticos que precisam ser encarados com urgência.

• ANDRÉ ANTUNES

**VOCÊ UTILIZA O CONCEITO DE ‘CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA’ COMO CHAVE DE LEITURA PARA COMPREENDER O PROCESSO DE AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA. PODE FALAR MAIS SOBRE ELE?**

O conceito foi criado pela socióloga estadunidense Shoshana Zuboff. Ela foi a primeira autora que conseguiu dar uma forma teórica a um modelo de negócio, um novo avanço do capitalismo digital, a possibilidade de criar um mercado sobre os dados gerados nas nossas comunicações mediadas pelas tecnologias digitais. Ela começou a pesquisar isso com a digitalização dos escritórios, na década de 1980 ainda, quando começaram a pensar as possibilidades de conhecimento e controle sobre um espaço através dos dados que ele gera. Isso começou a se dar através de um controle do trabalho dentro dos espaços informatizados, datificados. E um ponto interessante é que o começo da exploração desses dados se deu a partir de dados gerados automaticamente no funcionamento de qualquer programa conectado em rede, por uma questão da própria organização do programa: que máquina conectou com que máquina, que horas essa máquina entrou no sistema, que horas saiu, o que foi comunicado entre uma máquina e outra. São dados utilizados com um propósito de funcionamento da internet, das redes, da possibilidade protocolar de comunicação entre computadores. O pulo do gato é que agora já existem dados que são coletados especialmente para vigilância econômica. Mas a princípio começaram a ver que esses dados eram valiosos como forma de conhecimento sobre uma população. Essa primeira população foram os trabalhadores de escritórios. Foi a Google quem teve a ideia pioneira de conhecer como as pessoas utilizam seus aplicativos e plataformas e entender como ela poderia utilizar isso como *commodity* dentro de toda a estrutura capitalista.

**COMO ESSES DADOS VIRAM MERCADORIAS?**

O processo é assim: existe uma quantidade enorme de dados que são produzidos na utilização das ferramentas, por exemplo, da Google. Ela consegue coletar esses dados em grandes bancos de dados e através do trabalho de sociólogos, psicólogos, cientistas de dados, etc, contratados pela Google, consegue dar um sentido a esses dados, um sentido de informação, consegue agrupá-los por idade, por desejos, bebidas que tomam, os lugares que saem, horários que saem à noite, e transformam aquilo no que ela chama de produtos de previsibilidade. Esse é na verdade o grande mercado da Google. Nós somos a matéria-prima para a produção desses produtos de previsibilidade que são vendidos para quem tiver interesse em dados sobre previsão de comportamento de um certo grupo social. Isso pode ser uma agência de publicidade, um partido político, etc. Então a Google começa a projetar a sua expansão como empresa a partir da lógica de quais dados seriam interessantes para venda e criar plataformas que possam coletar esses dados. Informações que sejam interessantes

para agregar usuários, que os usuários usem aquilo e ao mesmo tempo os dados possam ser utilizados. Dados sobre trânsito, sobre e-mail, sobre interesses, sobre educação, sobre serviços públicos. Ela começa a expandir os seus serviços de *software* e de plataformas, vai plataformizando o trânsito, por exemplo, oferece uma gama de *softwares* que através da inteligência artificial e dos dados que elas tomam formam uma ideia de trânsito, as ruas começam a ser alteradas a partir do uso disso. Na educação é a mesma coisa: ela oferece uma gama de *softwares* para as instituições de ensino, para que elas os utilizem e as empresas consigam acesso a dados relacionados a essa esfera. As empresas mais valiosas do mercado financeiro hoje têm atividades voltadas a coleta de dados e produção de plataformas. E isso se tornou uma mercadoria muito valiosa, altamente centralizada, monopolizada por um pequeno número de grandes empresas e que agora estrutura as demais esferas da sociedade, sobretudo a educação pública, o trânsito, as comunicações, várias esferas de trabalho, de sociabilidade. E isso começa a entrar no nível infraestrutural, o que torna a gente cada vez mais dependente dessas plataformas. O problema é que a gente não sabe o que é feito com esses dados. O que sabemos do Facebook é porque alguém vazou documento interno. O que a gente na nossa pesquisa sabe sobre as universidades ou secretarias de educação que fizeram acordos com a Google, a gente teve que fazer um *software* para conseguir os dados. As empresas não falam sobre seu modelo de negócio. Não existem dados consolidados, os termos de uso e as políticas de privacidades são muito confusas.

#### QUAIS OS MARCOS INICIAIS DESSE AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E QUAIS AS EMPRESAS QUE ATUAM POR AQUI?

A gente coletou dados da América do Sul especialmente sobre a educação básica no Brasil e nas universidades públicas da América do Sul. As duas únicas empresas que oferecem esses serviços são a Google e a Microsoft. Os serviços são as plataformas educacionais com infraestrutura de *hardware*. A Google tem a *Google for Education* e a Microsoft tem a *Microsoft Education*, que são suítes de *softwares* para serem utilizados na sala de aula. Você tem por exemplo o *Google Classroom*, no qual você coloca atividades e os alunos preenchem; você tem interação remota com os alunos, eles colocam os trabalhos; tem o Drive que é de colocar arquivos; o *Google Meet*, de interação remota. Enfim, há vários aplicativos que foram transformados em aplicativos educacionais. Para você ter acesso a esses aplicativos você tem que ter uma conta Google, um email. A Microsoft é a mesma coisa. Todas

as *big techs*, como a gente chama - a Microsoft, a Google, o Meta [que controla o Facebook e o Whatsapp], a Apple e a Amazon — todas elas têm *softwares* educacionais. É um ramo que agora está começando a ser disputado por essas empresas. E existe uma gama enorme de outras empresas, *startups*, etc, que produzem *softwares* educacionais, mas sem a infraestrutura. Por exemplo, tem *softwares* abertos como da Next Cloud, o Moodle faz *softwares* educacionais. Só que essas empresas não oferecem infraestrutura, que é um grande gargalo, uma parte que essas grandes empresas centralizam muito. São *data centers*, computadores que conseguem armazenar e processar essas informações. Grande parte das vantagens da Google, principalmente na educação superior, é a infraestrutura que elas têm: espaço de armazenamento de e-mails, de processamento de um *software* de edição de vídeos, que é o que o setor público não consegue mais gerir. É um ponto do avanço dessas empresas.

#### EM QUE SENTIDO?

As universidades públicas não têm mais dinheiro para bancar estrutura de e-mail. Grande parte dessa procura pela Google e pela Microsoft se deu por uma falta de orçamento. Esses cortes que historicamente estão incidindo sobre a educação incidem diretamente na capacidade dessas instituições de gerirem parque tecnológico, comprar servidores, e-mails, HDs. É uma demanda que sempre cresce, a demanda de informações numa instituição. É um processo conhecido de avanço privado sobre o setor público. Você cria uma necessidade para o setor público através do enforcamento orçamentário. O sucateamento do setor público é a possibilidade de ele oferecer menos serviços, que começam a ser oferecidos pelo setor privado. E a educação foi fortemente atingida por isso. A grande escalada de acordos das universidades com a Google e Microsoft foi a partir de 2016, quando houve um enfraquecimento orçamentário das instituições superiores de ensino no Brasil, o que fez avançar a privatização desse serviço. Posso dar o exemplo da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. O orçamento da Unicamp tem uma rubrica para um programa de manutenção do parque tecnológico da universidade, que é o dinheiro investido na infraestrutura tecnológica. A Unicamp fez acordo com a Google no começo de 2016. Um ano antes esse orçamento havia caído de R\$ 3 milhões em um ano para R\$ 800 mil. Então eles não tinham mais condições financeiras de manutenção. Isso aconteceu também na UFPA, que entrou em acordo com a Google no começo de 2019. Quando eles foram atrás da Google, produziram um documento que dizia que o armazenamento de e-mails da instituição estava com 95% de espaço utilizado, e o CTIC, o centro de tecnologias informacionais da UFPA, estava começando o segundo ano consecutivo sem orçamento para nada. Tudo que eles tinham era via editais. E estavam com 5% de espaço livre para armazenar os e-mails de toda a UFPA. Esse é um ponto crítico, e por isso eles foram atrás da Google principalmente para gerenciamento de e-mails no começo de 2019, que foi quando boa parte das

“

AS EMPRESAS MAIS VALIOSAS DO MERCADO FINANCEIRO HOJE TÊM ATIVIDADES VOLTADAS A COLETA DE DADOS E PRODUÇÃO DE PLATAFORMAS”

O decreto 8.135, de 4 de novembro de 2013, foi instituído pela então presidente Dilma Rousseff após a revelação, pelo site Wikileaks, de que e-mails e conversas telefônicas do governo brasileiro haviam sido monitoradas pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA). A proibição vigorou até 2018, quando foi revogada por outro decreto, número 9.637.

universidades federais foram atrás da Google.

A gente viu até fins de 2018 as universidades estaduais aderindo fortemente a essas plataformas e as universidades federais não, porque elas estavam restritas por um decreto de 2013 que impedia que a administração pública federal tivesse dados em nuvem. Toda administração pública federal tinha que ter um servidor próprio ou aderir a serviços de instituições públicas federais. Então as universidades federais não podiam fazer acordo com a Google. Isso foi até dezembro de 2018, quando o [presidente Michel] Temer derrubou esse decreto. E aí em 2019 a gente vê boa parte das universidades fazendo acordo com a Google e com a Microsoft.

#### **EM NA EDUCAÇÃO BÁSICA, ISSO SE DÁ COM A ADOÇÃO DO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA?**

Na verdade, já havia antes da pandemia a criação de uma estrutura para isso na educação básica. Boa parte dos acordos já haviam sido feitos entre as secretarias estaduais de educação e a Google para oferta de infraestrutura, principalmente com estrutura de acesso de e-mails institucionais. Na secretaria estadual de São Paulo e do Pará, por exemplo, em 2019 a Google já estava ensinando como usar os aplicativos, etc. Mas antes da pandemia era só para o aluno ter um e-mail de comunicação institucional com a secretaria escolar, com a escola e para utilização de alguns recursos se os professores quisessem. Com a pandemia há uma utilização massiva desses aplicativos. Aí a questão das relações entre educação e tecnologia

começa a tomar forma, a educação baseada em dados, em princípios do vigilantismo de dados, a datificação das relações empregatícias. A secretaria do estado de São Paulo, por exemplo, obrigou os professores a utilizarem o *Google Classroom* porque era através dele que eles conseguiam controlar o trabalho dos professores durante a pandemia. Esse foi o grande avanço dessas empresas na pandemia, principalmente em relação à educação básica: a datificação das relações em sala de aula, que até então era um espaço não mediado por dados, não apropriável.

Entre as secretarias estaduais de educação, 50% delas tem e-mails em servidores da Google e da Microsoft; 33% em servidores da Google e 17% em servidores da Microsoft. E 50% em servidores próprios. Entre os institutos federais de educação é mais problemático. Em março de 2022, 70% dos emails dos institutos estavam armazenados em *data centers* na Google e 2,5% na Microsoft, sendo 27,5% em servidores próprios. São *data centers* que estão fora do país, sem nenhuma segurança institucional com relação ao armazenamento desses dados.

#### **QUAIS OS RISCOS DISSO?**

O problema na educação superior é que são dados da produção científica e tecnológica do país. São e-mails que a gente manda para o orientador, para as revistas acadêmicas, comunicações de pesquisa. Esses dados estão em servidores fora do país sem nenhuma segurança jurídica. Existem leis de segurança dos Estados Unidos que permitem o acesso a esses dados, e esses dados já foram acessados. Por isso que a [então presidente] Dilma [Rousseff] fez o decreto proibindo que as instituições públicas federais tivessem dados em nuvens. Na educação básica, eu acho que o problema tem a ver com as relações pedagógicas mesmo, a datificação das relações. Em termos gerais, a ampla utilização desses aplicativos, principalmente aqueles centralizados em uma mesma empresa, faz com que essa empresa tenha dados objetivos sobre a educação nacional. Você sabe quanto o aluno demorou para fazer qual lição, qual o tempo que ele demora mais para fazer, onde ele acessa a informação, que lugar ele estuda. Se você começa a coletar todos esses dados do Brasil todo você tem um diagnóstico sobre a educação pública no país, só que ele é privado. São dados privados, de propriedade da Alphabet [que controla a Google], ou da Microsoft. E que são dados aos quais as próprias secretarias estaduais de educação não têm livre acesso. Elas conseguem acessar aquilo que a empresa permite. Então você tem uma nova camada de conhecimento sobre a educação pública brasileira, que é privada. Isso é precioso para a produção de políticas públicas, para as análises educacionais do Brasil.

#### **ESPECIALMENTE EM UM CONTEXTO EM QUE ENTIDADES PRIVADAS TÊM TIDO CADA VEZ MAIS INTERLOCUÇÃO NOS DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO, COM MOVIMENTOS COMO O TODOS PELA EDUCAÇÃO, POR EXEMPLO...**

Exatamente. Você tem relações entre a Google o Instituto Lemann, por exemplo, eles fazem várias coisas juntos, assim como o Instituto Natura, e outros nesse conjunto de instituições privadas. Eles fazem eventos juntos sobre educação, sobre essa nova visão sobre educação, estão produzindo políticas públicas. Isso tem a ver com toda essa visão de relação público-privada na educação que é uma das fontes do sucateamento da educação pública, uma visão neoliberal sobre o Estado.

Mas outro problema que eu vejo é a datificação das próprias relações pedagógicas, as relações entre professor-aluno, entre o aluno e o conteúdo, entre o professor e o gestor. O aprendizado do aluno, por exemplo, começa a ser medido, baseado em métricas. Quanto tempo ele demora para fazer tal coisa, quais as suas facilidades e dificuldades. As relações entre os gestores também começam a se dar por métrica e análise de dados. Isso é um paradigma pedagógico novo, imposto por uma estrutura econômica, mercadológica, um modelo de negócios que incide sobre as relações educacionais. O grande problema de se pensar tecnologias principalmente na educação é não se pensá-las criticamente: quem está oferecendo essas tecnologias, por que elas estão entrando na sala de aula? Temos que discutir quais são os interesses por trás desse avanço das tecnologias sobre a educação. Temos que perguntar por que essas tecnologias estão sendo utilizadas. A gente perdeu isso. Existe uma ideia muito disseminada de que essa estrutura tecnológica é neutra, e que não existe alternativa. Não se pensa a centralidade disso, como isso está inserido dentro de fluxos econômicos, de trabalho, políticos. Não se pensa a questão da segurança desses dados, da dependência tecnológica.



No meio da pandemia, se a Google hipoteticamente ‘falasse não vou mais fazer negócio com o Brasil’, a educação ia parar. Não havia nenhuma outra solução

para isso, nenhuma estrutura. A primeira vez que o Whatsapp saiu do ar por medidas judiciais houve cidades em que a polícia não tinha mais comunicação, que ambulância não tinha mais comunicação. A única forma de comunicação era Whatsapp, porque rádio estava tudo quebrado por falta de manutenção.

#### **ESSE PROCESSO DE AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE A EDUCAÇÃO TENDE A CONTINUAR APÓS O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS?**

Acho que houve nessa pandemia uma valorização dos potenciais da educação à distância, e já se começou a conversar sobre o ensino híbrido, por exemplo, como solução para resolução de problemas da educação. A questão é essa visão de que as tecnologias informacionais se prestam a solucionar problemas sociais, incluído os da educação. Por exemplo, aqui no Pará a gente vai ter que lutar contra a informatização da educação da floresta, porque é um gasto levar professores para comunidades isoladas no meio da floresta amazônica. Antes da pandemia isso já era proposto. A tele-educação, educação à distância, em todos os níveis de educação, como forma de baratear a educação pública. Essa pandemia forçou a gente a entrar mais em contato, aprender a usar, a pensar rapidamente em uma estrutura de como isso poderia ser utilizado, inserir isso nas práticas pedagógicas. Esse eu acho que é um caminho bem forte. E não só na educação. É uma questão de avanço sobre todo o serviço público. Boa parte das reuniões que eu faço aqui com os professores começa a ser remota, os eventos começam a ser remotos, porque solucionam parte do problema. Você vai fazer um evento acadêmico com o preço da passagem muito caro, não tem mais orçamento para eventos em uma universidade por causa dos cortes orçamentários, e você já tem toda uma estrutura pronta, um aprendizado.

“

#### **PRECISA-SE PENSAR EM FORMAS REGULATÓRIAS DE RETIRAR O SERVIÇO PÚBLICO DO MERCADO DE DADOS ”**

**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, QUE ENTROU EM VIGOR EM 2020, EM MEIO À PANDEMIA, TROUXE ALGUMAS LIMITAÇÕES EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO DE DADOS. A LGPD TROUXE ALGUM AVANÇO EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE DADOS NA EDUCAÇÃO?**

A Lei foi um grande avanço, é muito importante ter uma regulação sobre a utilização de dados.

Só que a meu ver ela não impede esse modelo de negócios, só coloca uma estrutura do tipo como deve ser produzida os termos de uso ou as políticas de privacidade, que leis elas devem seguir.

Agora com a LGPD, a Google teve que atualizar a sua política de privacidade. E ainda não está boa. Tem vários pontos obscuros ali que a própria lei não conseguiu apertar para conseguir as informações. Mas antes disso tinha partes da política de privacidade deles que eram em inglês. A parte sobre o que eles fazem com seus dados era em inglês, o resto em português. Aí um documento referencia outro, que referencia um outro. Tem cinco documentos que você tem que ver para saber o que eles podem fazer ou não. A [Shoshana] Zuboff fala que um dos golpes do capitalismo de vigilância é tomar para si os direitos de privacidade. Há um deslocamento da privacidade. Não é algo que possa ser requerido pelos usuários, mas é algo que é amplamente utilizado pelas empresas, porque os algoritmos são propriedade industrial, ninguém tem acesso a isso, a gente não sabe o que eles fazem com os dados. Eles estão sempre buscando brechas legais para transferir os dados para os Estados Unidos. Então a LGPD não é suficiente para barrar o avanço da datificação da educação como um modelo de negócios. Isso cria uma roupagem institucional, mas o problema continua.

#### **COMO ESSA QUESTÃO TEM SIDO TRATADA EM OUTROS PAÍSES NOS QUAIS A GOOGLE TEM ATUADO? ISSO GEROU ALGUMA JURISPRUDÊNCIA DE CONTROLE QUE PODERIA SERVIR DE PARÂMETRO PARA O BRASIL?**

Atualmente há um embate entre a União Europeia e as empresas do capitalismo de vigilância dos Estados Unidos. As atividades que a Google faz com os dados em grande parte ocorrem porque eles transmitem os dados para os Estados Unidos, e as leis de lá são mais permissivas. Esse é o grande problema que a Google está tendo na Europa, porque a Corte de Proteção de Dados europeia proibiu a transferência de dados para os Estados Unidos, justamente porque as leis de lá são incompatíveis com as leis de proteção de dados da Europa. Recentemente, a Google foi impedida de atuar sobre o setor público na Alemanha por exemplo. Isso já aconteceu na Noruega também. Também teve casos de estados dos Estados Unidos que processaram a Google por ela estar monitorando e-mails dos alunos, o que ela disse que não faria.

É importante reforçar que o avanço dessas empresas deve ser entendido como um problema público. Muitas vezes quando participo de eventos as pessoas pensam muito em ações individuais. Não tem como individualmente pensar em soluções para isso, porque é um problema que é imposto a coletividade através da inserção das tecnologias no serviço público. Temos que pensar maneiras de solucionar isso a partir da ação pública. Uma das coisas que a gente está propondo é a produção de infraestrutura pública para os dados públicos; que cada estado, cada universidade, tenha um centro de armazenamento e processamento de dados – *data center*. Um investimento em infraestrutura pensando na segurança desses dados. Outra coisa interessante que está acontecendo também é uma discussão na sociedade civil, encabeçada pelo Comitê Gestor da Internet, de uma regulação das plataformas, e aí há a possibilidade de retirar os serviços públicos do mercado de dados. É uma distorção muito grande nas relações público-privadas, como é o caso da educação: para gozar de um serviço público você necessariamente tem que participar de um mercado privado de dados. Não tem opção. Precisa-se pensar em formas regulatórias de retirar o serviço público do mercado de dados. ●

## Contra a fome, a agroecologia

Movimento agroecológico defende a retomada, o fortalecimento e o aprimoramento de políticas públicas de base agroecológica que contribuíram para a redução da insegurança alimentar no passado

ANDRÉ ANTUNES

Entre todo o conteúdo divulgado pela mídia ao longo do último ano a respeito da escalada da fome no Brasil em meio à pandemia de Covid-19, sem dúvida uma das imagens mais marcantes foi a da chamada ‘fila dos ossos’, que mostrava dezenas de pessoas passando a noite na fila para conseguir pedaços de ossos com retalhos de carne distribuídos por um açougue em Cuiabá em 2021. Era um prenúncio do cenário de agravamento acelerado da insegurança alimentar no país, que ganhou contornos mais concretos a partir de abril de 2022, quando foram divulgados os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, produzido pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). Segundo o levantamento, 33,1 milhões de brasileiros conviviam cotidianamente com a fome no país, um aumento de mais de 73% em relação aos números do final de 2020, quando o 1º Inquérito produzido pela Rede Penssan durante a pandemia apontou que 19,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. No total, o número de pessoas convivendo com **algum grau de insegurança alimentar** no país saltou de 117 milhões para 125 milhões no período, o equivalente a mais da metade da população brasileira.

Muito já se falou sobre as razões por trás da explosão da fome no Brasil (que inclusive foi tema da matéria de capa da edição de julho e agosto de 2021 da Poli). Mas uma dimensão que tem sido pouco explorada – tanto no debate sobre as causas do problema quanto no que fazer para enfrentá-lo – é a do papel da **agroecologia** nesse contexto. Para representantes do movimento agroecológico – que vem fazendo a crítica ao modelo do agronegócio e apresentando alternativas para a produção sustentável de alimentos saudáveis, de forma socialmente justa – o momento é estratégico para fazer avançar a



AGÊNCIA BRASIL



Segundo a Rede Penssan, a insegurança alimentar ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos. São três níveis: leve, quando há incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida; moderada, quando a quantidade de alimentos é insuficiente; e grave, quando há privação no consumo de alimentos e fome.

No Dicionário da Educação do Campo, publicado em 2012 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e pela Expressão Popular, os agrônomos Dominique Guhur e Nilciney Toná definem a agroecologia como “um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas” descaracterizadas pela chamada “Revolução Verde”. Este foi o nome dado ao processo que, a partir da década de 1950, introduziu em larga escala no meio rural um pacote tecnológico que inclui, além dos agrotóxicos, insumos químicos, sementes transgênicas, bem como irrigação intensiva e mecanização em massa da produção agrícola. A agroecologia faz a crítica a esse modelo, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para reconectar agricultura e natureza, produção e consumo. Produção científica em diálogo com saberes populares, práticas agrícolas sustentáveis praticadas pelos povos do campo e movimento de reivindicação de mudanças sociais estruturais: tudo isso junto é agroecologia.

pauta agroecológica, retomando e fortalecendo políticas públicas que dialogam com os princípios da agroecologia em suas várias dimensões, e que deram certo no enfrentamento a fome no passado, bem como caminhar na direção de mudanças mais estruturais no atual sistema agroalimentar.

## O que o avanço do agronegócio tem a ver com a fome?

Há uma ligação direta com o modelo hegemônico de produção, consumo e distribuição de alimentos, com a quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar. É o que diz Walter Belik, professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor da Ong Instituto Fome Zero. “As políticas públicas que estavam funcionando até pouco tempo, que agora sofrem um processo de desmonte, tentam equilibrar o jogo, consertar algumas questões que muitas vezes são estruturais. Se a gente pudesse mexer estruturalmente nessa forma de produzir do sistema agroalimentar, poderíamos eliminar alguns aspectos inerentes a esse modelo que contribuem para o quadro de insegurança alimentar”.

Ele dá o exemplo da monocultura, e cita o clássico ‘Geografia da Fome’, de Josué de Castro, publicado há 76 anos. “Ele analisa a Zona da Mata do Nordeste, que na época era uma grande produtora de açúcar para exportação. Ele nota que uma área super fértil, que tem uma renovação hídrica, com todas as condições para produzir alimentos, esteja sendo dedicada para produzir cana de açúcar, que é uma planta que exige muito da natureza, que acaba desgastando o solo. Ele aponta que não era por acaso que os índices de desnutrição ali eram mais elevados que os observados no Sertão nordestino”, resgata.

Para os especialistas ouvidos pela Poli, não se trata de uma coincidência que o agravamento da fome atualmente ocorre em paralelo a uma política de estímulo ao modelo agroexportador pelo Estado. “Os últimos anos foram um período em que se acentuou o apoio a perspectiva de modelo agroexportador, pelas facilidades econômicas de estímulo aos monocultivos combinadas com uma flexibilização perversa da legislação ambiental, uma expansão assustadora da aprovação de agrotóxicos e também do desmatamento”, aponta Maria Emilia Pacheco, integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar. “Em paralelo houve um dismantelamento de políticas afirmativas que vinham se construindo. Isso gera fome”, complementa Pacheco. E exemplifica com o programa do governo federal para instalação de cisternas no semiárido nordestino, cujo orçamento, como apontou a reportagem da Poli nº 78 ‘Tem gente com fome’, caiu de R\$ 643 milhões em 2014 para R\$ 74,7 milhões em 2020. “Em lugar da indústria da seca nós temos a perspectiva de convivência com o semiárido, baseada no princípio dos estoques, de água, de terra, de sementes, de alimentos para os animais. É essa visão que organiza uma proposta tão significativa como a convivência com o semiárido, e isso foi interrompido”, lamenta. E complementa: “Por outro lado, o cerco dos grandes projetos, da expansão da soja, do gado, da poluição das águas, vem se fechando. Muitas comunidades à beira de um grande rio que não tem peixe, em razão da desestruturação da paisagem, do desequilíbrio ecológico gravíssimo, com os animais disputando alimento com os humanos porque com a devastação eles chegam perto dos roçados”.

## Mobilização no contexto de eleições

A superação da fome foi um dos itens da agenda do movimento agroecológico para os próximos quatro anos apresentada na publicação ‘Brasil: do flagelo da fome ao futuro agroecológico’. Lançado em setembro pela ANA, como parte da Campanha ‘Agroecologia nas Eleições’, o documento, que reafirma o papel central da agroecologia no enfrentamento a insegurança alimentar, mescla propostas mais imediatas – como a retomada e ampliação de políticas e programas que já

existem – com outras que reivindicam transformações mais estruturais, como medidas que combatam a elevada concentração fundiária do país.

“É importante a gente lembrar que a agricultura familiar é responsável pela maior parte do alimento que a gente consome. O agronegócio produz *commodities*. Se você não tem políticas para apoiar em um momento de crise como o que estamos vivendo, você coloca em risco a necessidade de cuidar do fortalecimento, da retomada e até da criação de políticas voltadas a apoiar esse setor que produz alimentos”, afirma Flavia Londres, integrante da secretaria-executiva da ANA. Ela ressalta, no entanto, que agroecologia e agricultura familiar não são sinônimos. “A agricultura familiar não é toda agroecológica, é evidente. Mas é um sistema de produção perfeitamente compatível com a proposta da agroecologia, então, começa por aí”, diz Londres. Nesse sentido, ela vê como essenciais a retomada de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelos quais o governo federal adquire alimentos pro-



duzidos por agricultores familiares para o abastecimento de programas de assistência social e para a alimentação dos estudantes da educação básica nos estados e municípios, respectivamente. “Eles tiveram uma importância enorme, porque quando você garante a compra da agricultura familiar você consegue apoiar a estruturação da produção numa comunidade. Os agricultores conseguem se planejar, investir na produção”, diz Londres.

Segundo reportagem do portal O Joio e o Trigo, no entanto, o orçamento do PAA teve uma redução de 77,3% entre 2014 e 2019. Segundo a matéria, em 2020 houve um incremento de R\$ 500 milhões ao programa por meio da aprovação da Medida Provisória 957, reivindicada pelo movimento agroecológico em meio à pandemia de Covid-19. Só que apenas 43,7% dos recursos disponíveis foram executados pelo Ministério da Cidadania. Já em 2022, o presidente Jair Bolsonaro vetou a emenda parlamentar à Lei de Diretrizes Orçamentárias que previa um reajuste de 34% no PNAE. “Tivemos governos que investiram pesadamente em políticas promovendo o agronegócio. O que teve de dinheiro para crédito, ensino, pesquisa, isenção de impostos, financiamentos, perdões de dívidas, estruturação de mercados, tudo voltado para o agronegócio. Apesar disso, a agricultura familiar sobrevive, produzindo até hoje 70% dos alimentos que a gente consome. Imagina como seria se a gente tivesse um conjun-

to de políticas destinadas para promover esse modelo. Ensino, pesquisa, programas de organização e fortalecimento de mercado. Isso é perfeitamente possível, basta ter vontade política”, cobra Londres.

Ela afirma que a Campanha ‘Agroecologia nas Eleições’ da ANA realizou também um levantamento das políticas públicas de apoio à agroecologia e segurança alimentar nos estados e municípios, e contabilizou mais de 700 dessas políticas nos municípios e mais de 400 nos estados. “São muitos temas: você tem políticas de apoio a mercados, feiras, de regularização fundiária, de reconhecimento de territórios de populações tradicionais, de apoio a juventudes, mulheres, um leque muito grande. Mas é importante observar que em muitos casos são políticas aprovadas, previstas em lei, mas não sem orçamento garantido. Uma boa parcela não está perfeitamente consolidada, sem orçamento, ou sofre descontinuidade.

Mas é um referencial bastante importante no sentido de dar exemplos e de inspirações sobre o que pode ser feito em termo de política pública”, diz a integrante da secretaria-executiva da ANA.

Para Maria Emilia Pacheco, a pandemia de Covid-19 evidenciou a importância de se construir uma política de abastecimento alimentar popular. “Tão importante quanto a produção do alimento saudável é a sua distribuição. Nós precisamos de uma distribuição descentralizada, e a ação de solidariedade dos movimentos sociais, das Ongs, das articulações, mostrou que para avançar nessa interação campo-cidade é preciso que haja não só o crescimento de equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, etc., como também um apoio público a essa rede que tem garantido uma descentralização da distribuição de alimentos”, opina Pacheco.



## Articulação de políticas

É num conjunto amplo de políticas articuladas tendo como referencial a agroecologia que o movimento aposta como resposta à fome. Para Flavia Londres, outra frente fundamental é o da assistência técnica e extensão rural. “As comunidades rurais em que se produzem alimentos têm direito a uma assistência técnica de qualidade, com enfoque agroecológico, e não uma assistência tradicional, orientada pelo pacote da Revolução Verde. Comprar sementes industrializadas, adubo, agrotóxico, não é um caminho viável para a agricultura familiar”, diz a integrante da secretaria-executiva da ANA.

Maria Emilia Pacheco acredita que esse é um ponto em que ainda se avançou pouco, mesmo nas políticas voltadas especificamente para fomentar a agroecologia, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que completa 10 anos em 2022 (veja box). “No movimento agroecológico não falamos em extensão rural, porque para nós é um princípio a troca de saberes. Não temos aquela visão difusionista que está na origem da extensão rural. Há que dialogar sobre saberes, isso está na base da construção também da agroecologia como ciência, um diálogo entre o saber técnico, construído através da história da ciência, mas com esse saber tradicional que tem um sentido fundamental e que se traduz em iniciativas tecnológicas concretas”, aponta a integrante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, para em seguida exemplificar: “os sistemas agroflorestais que combinam as plantações, tipos de plantas diferentes, de diferentes andares, isso é originalmente uma prática dos povos indígenas. Os saberes desses povos em lidar com os diferentes biomas e ecossistemas é fundamental, o Brasil é muito diverso”.

Nesse sentido, o movimento agroecológico também reivindica medidas para incorporar a agroecologia ao ensino e à pesquisa científica no país. É o que diz Islândia Bezerra, presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), braço acadêmico do movimento. “O Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição, que é o principal da América Latina, nos debates, nas mesas, painéis, grandes conferências, não teve nada específico da agroecologia para a promoção da saúde na perspectiva do alimento saudável, seguro. A gente precisa politizar ainda mais nas diferentes áreas do conhecimento, não só nas ciências agrárias, da saúde. Precisamos politizar o debate da agroecologia, trazer sua concretude para o nosso dia a dia, para a sala de aula, para a pesquisa, extensão, que é o que o agronegócio faz muito bem”, diz Bezerra.

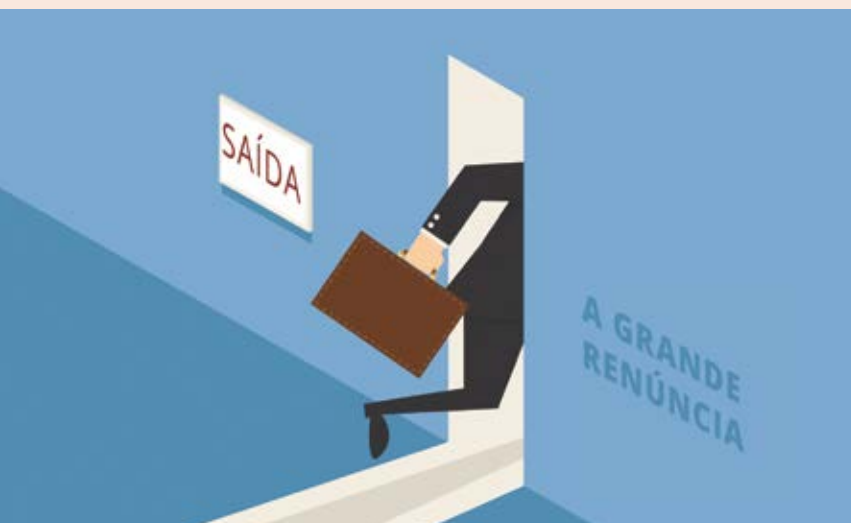
E completa: “A agroecologia precisa ser política, se não for ela é jardinagem. Porque não é apenas produzir alimentos saudáveis, sem veneno, é algo a mais. É questionar uma estrutura latifundiária, uma cultura escravista, onde temos pessoas trabalhando de sol a sol para ganhar 40 reais de diária, quando não é escravizado nas fazendas. A agroecologia precisa questionar isso. Nesse contexto político ela é fundamental para pautar a transformação das estruturas no nosso país”, defende. ●

## 10 anos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Em agosto de 2022 completaram-se 10 anos da publicação do decreto 7.794/12, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a PNAPO. Surgida como uma expressão de demandas dos movimentos sociais e redes da sociedade civil com atuação no campo da agroecologia, a partir de uma proposta formulada por movimentos de mulheres trabalhadoras rurais durante a Marcha das Margaridas em 2011, a PNAPO tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações da produção agroecológica e orgânica. Um dos principais instrumentos criados pela Política foi o Planapo, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser proposto e monitorado por uma Comissão Nacional (CNAPO), composto de forma paritária pelo governo federal, com representantes de diversos ministérios, e por representantes de entidades da sociedade civil com atuação na área. “A gente tinha até 2012 um conjunto importante de políticas que apoiavam agroecologia, mas que se achavam espalhadas em diferentes ministérios que não conversavam entre si. Então ter um espaço onde todo esse conjunto de instituições, de órgãos, de ministérios, poderiam debater e planejar estrategicamente de forma convergente, foi o grande diferencial da política”, avalia Flavia Londres, integrante da secretaria-executiva da ANA. A PNAPO, no entanto, completa 10 anos em estado de “paralisia total”, segundo Londres, inclusive com a CNAPO tendo sido extinta por um decreto de 2019. “A gente entende que é uma política importante nesse momento que a gente vive e precisamos retomá-la para sair desse estado de calamidade que o país vive hoje”, afirma a integrante da ANA.

Foi no âmbito da CNAPO que foi criado, em 2013, um Grupo de Trabalho que formulou o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), outra estratégia fundamental para a consolidação da agroecologia no país que é o maior consumidor per capita de agrotóxicos. Mas a proposta nunca avançou no âmbito do governo federal. Pior que isso, o país fez o caminho inverso desde então, batendo recordes de liberação de agrotóxicos ano após ano. Só em 2021 foram liberados 562 novos produtos, contra 493 em 2020 e 467 em 2019. Já em fevereiro desse ano, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 6.299/2002, o chamado Pacote do Veneno, que facilita ainda mais as regras para o registro de agrotóxicos no país.

“Retomar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica será um desafio enorme, mas necessário”, diz Islândia Bezerra. “Em que pese a PNAPO praticamente não ter saído do papel, porque tivemos um contexto político que foi desidratando todos os processos que estavam em curso, no qual obviamente ela seria colocada em último plano, toda a trajetória trilhada para que tivéssemos uma política nacional precisa ser valorizada”, pondera.



## O que está por trás da 'Grande Renúncia'?

Pesquisadores analisam o fenômeno do crescimento das demissões voluntárias em meio à pandemia no Brasil e em países como Estados Unidos

ANDRÉ ANTUNES

Um fenômeno que eclodiu durante a pandemia de Covid-19 principalmente em países como os Estados Unidos e Inglaterra vem chamando atenção de analistas do mundo do trabalho também do lado de cá do oceano Atlântico. Chamado de 'Great Resignation', ou a Grande Renúncia, como foi batizada a demissão voluntária em massa de milhões de trabalhadores em meio à pandemia, o fenômeno repercutiu até hoje sobre os cenários de trabalho e emprego desses países, chegando a se espalhar por terras brasileiras. Para analistas ouvidos pela Poli, é necessário cautela ao traçar os paralelos entre o fenômeno nos diferentes países, e ressaltam que ele denota uma insatisfação de trabalhadores com as condições de trabalho em nível global, mas que vem sendo tratada de maneira contraditória por aqui, principalmente pela grande mídia.

### Números aqui e lá

No país mais rico do mundo, números do *Bureau of Labour Statistics* dos Estados Unidos (a agência de estatísticas do trabalho do governo do país) apontam que, em média, 4 milhões de pessoas pediram demissão por mês ao longo de 2021, meio milhão a mais do que a média de 2019. Se em janeiro de 2019 o BLS registrou um montante de cerca de 7 milhões de vagas de trabalho sem serem preenchidas, em setembro de 2022 esse número havia aumentado para 10,7 milhões, um crescimento de mais de 50%. No Reino Unido, um levantamento realizado pela consultora Barnett Waddingham divulgado em junho apontou que 85% das empresas foram afetadas de alguma

forma pela 'Grande Renúncia', sendo que 31% relataram dificuldades para reter trabalhadores e 32% relataram problemas para contratar novos funcionários ao longo de 2021, o que inclusive teria levado algumas empresas a oferecerem vagas com uma semana de trabalho reduzida, de quatro dias.

No Brasil, um levantamento de agosto produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) a partir de dados do Ministério do Trabalho, mostrou que entre janeiro e maio de 2022 o número de trabalhadores com carteira assinada que deixaram seus empregos voluntariamente bateu recorde, chegando a 2,9 milhões. Isso significa que um em cada três contratos de trabalho encerrados no período se deu por iniciativa do próprio trabalhador, um volume 35,2% maior do que no mesmo período de 2021. A nota técnica da Firjan ressaltava que o recorde anterior para o período havia sido em 2014, quando 2,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada pediram demissão voluntariamente, em um cenário em que a taxa de desemprego medida pelo IBGE girava em torno de 7%, ou seja, menor do que o cenário atual, de cerca de 10% de desemprego.

### Perfil dos trabalhadores revela jovens com escolaridade elevada

Segundo a Firjan, quase metade das demissões registradas no período se deu entre trabalhadores com ensino superior completo, responsáveis por 48,2% dos desligamentos. A nota técnica destaca ainda a prevalência de trabalhadores mais jovens entre os que pediram demissão: 38,5% dos pedidos de demissão se deram na faixa etária entre 18 e 24 anos, enquanto 36% foram entre os trabalhadores entre 25 e 29 anos. Ainda de acordo com a nota, os Profissionais da Informática foram o subgrupo ocupacional com maior proporção de desligamentos voluntários em 2022 (65,1%), seguidos pelos Técnicos em Informática (57,9%), Pesquisadores (57,0%) e Profissionais da Medicina (56,5%).

Para Bruno Chapadeiro, psicólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) que vem estudando a temática, os dados servem para ilustrar uma dimensão importante do fenômeno que tem se demonstrado em todos os países onde foi identificado, e que se mostra com ainda mais força no Brasil. "Tem um recorte muito importante de classe. A gente pode dizer que quem aderiu a essa 'Great Resignation' em todas as experiências até agora foram jovens de classe média", destaca Chapadeiro, e complementa: "É um movimento de uma juventude que tem entendido que as promessas do capitalismo, no sentido de que você de-

envolve, estuda, trabalha, faz curso, se aprimora etc. e você tem um lugar ao sol, são falaciosas. São jovens que se veem em empregos com salários precários que não vão levá-los a lugar nenhum e começaram a se demitir”, diz o pesquisador.

Segundo ele, o fenômeno vinha sendo identificado já antes da pandemia, em países como China e Japão, mas explodiram com a pandemia de Covid-19 principalmente nos Estados Unidos, país em que, como lembra Chapadeiro, não há um sistema público de saúde como o SUS. “Muitos trabalhadores, alguns sem acesso a planos de saúde, passaram a ver o risco de adoecer em um país sem um sistema público de saúde, começaram a ter medo de contrair e contaminar seus familiares com uma doença para a qual não existia vacina”, ressalta. Para o pesquisador, concorre também para a eclosão do fenômeno a chegada ao mercado de trabalho de uma geração nascida e conformada pelo ideário neoliberal. “A nossa pesquisa tem tentado entender em que medida essa juventude tem comprado, por exemplo, a ideologia do autoempreendedorismo e começaram a sair de empregos precários para tentar o próprio negócio virtual, sem padrões, com mais flexibilidade. Então a gente tem uma geração de filhos da classe média, que nasce com toda essa perspectiva neoliberal de mundo, que é familiarizada com tecnologias informacionais e que teve a pandemia como catalizadora pra essa reação”, resume Chapadeiro.

Giovanni Alves, professor de sociologia do trabalho na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) vê a Grande Renúncia como um efeito do que ele chama de um “rebaixamento civilizatório por conta da crise estrutural do capital” sobre uma fração da classe

trabalhadora que ele denomina de “precariado”. “São aqueles trabalhadores mais qualificados, mais escolarizados, em geral. Alguns até os 40 anos estão ainda morando com os pais. Uma parte deles têm uma margem de insumo familiar para poder operar escolhas com relação ao trabalho. Isso acontece muito nos Estados Unidos, na União Europeia. Em Portugal eles chamam de geração ‘casinha dos pais’, por exemplo”, diz Alves, chamado atenção para o que vê de comum entre Brasil e Estados Unidos nessa conjuntura. “O que há de comum é o mercado de trabalho degradado pela precarização salarial que vem ocorrendo nos últimos 30 anos lá fora e que no Brasil veio com força a partir da Reforma Trabalhista de 2017, que colocou as pessoas em uma situação de insegurança salarial. Além disso são países que na pandemia têm apresentado índices altos de contaminação e de mortes”, lembra o professor da Unesp. Ele ressalta que, principalmente no caso brasileiro, o fenômeno tende a ser mais marginal do que em outros países, justamente pelas características do mercado de trabalho e das condições sociopolíticas do Brasil. “Para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros não há possibilidade de escolha: ou você trabalha ou morre de fome”, alerta Alves.

Mas o pesquisador destaca que é importante analisar o fenômeno para além de simplesmente um “luxo” reservado à classe média. “A Grande Renúncia talvez sirva para ocultar outros problemas que estão ocorrendo na economia capitalista e no mercado de trabalho, principalmente a degradação salarial dos empregos de classe média nos últimos 20 anos”, diz Alves, e completa: “Mas quando a gente lê matérias no [jornal] Valor Econômico, no UOL, é tratado como se fosse meramente um luxo. ‘A coisa está tão boa que essas pessoas estão pedindo demissão, podem escolher’. É a ideologia do capital, como se esse fosse um fenômeno da prosperidade do capitalismo. É justamente o contrário”, aponta.

## Sindicalização na Amazon: outra face de uma mesma moeda?

Nesse sentido, ele chama a atenção para a recente vitória de trabalhadores da Amazon no estado de Nova York, que em abril conseguiram aprovar a criação do primeiro sindicato de trabalhadores da empresa que é a segunda maior empregadora privada do país. Para Giovanni Alves, a eclosão da Grande Renúncia e a luta pela sindicalização em uma das empresas que mais lucrou durante a pandemia, num país onde segundo ele é forte o “espírito antissindical” são questões interligadas, e mostram as diferentes respostas que os trabalhadores de diferentes setores e estratos

sociais dos Estados Unidos têm apresentado como respostas ao cenário de precarização salarial no país. “Por que foi na Amazon? Porque ela é a própria representação da desigualdade que vem se aprofundando, uma empresa bilionária onde a diferença salarial entre o topo e a base é enorme, e que é de um dos maiores bilionários do mundo, Jeff Bezos, que inclusive agora quer ir para o espaço sideral. É uma situação muito indigna para o americano. Ele sabe que está dando muito lucro à empresa e está recebendo um salário baixo, então parte para a luta sindical, que é uma luta tremenda por lá”, pontua Alves. “São diferentes estratégias de sobrevivência tendo como pano de fundo esses processos mais estruturais, em um mundo do trabalho degradado: quem pode escolher pede demissão, quem não pode se organiza”, completa.

O professor da UFF Bruno Chapadeiro tem expectativa de que, assim como a Grande Renúncia, o movimento de organização coletiva de trabalhadores simbolizado pela sindicalização na Amazon possa ter influência por aqui também. “O que ele tem de comum ao *Great Resignation* é o fato de que essas ideias de sindicalização, de Apple, de Amazon, mesmo do Tik Tok, tem vindo da juventude. Arriscando uma imaginação sociológica, como tudo que começa lá no norte do mundo vem para cá, pode ser que essa seja uma ideia que a gente acabe importando também, de que essa juventude queira continuar se movimentando em termos do coletivo, se organizando coletivamente, de uma forma diferente do que foi o sindicalismo dos anos 1970 e 1980, que é uma forma considerada ultrapassada, que não dialoga com a juventude hoje”, aposta Chapadeiro. ●



MAYCON GOMES

# O QUE SETOR PRIVADO QUER PARA A SAÚDE DO BRASIL?

Em ano de eleições, representantes do empresariado renovam suas propostas para o setor e focam a entrada na Atenção Primária, produção e compartilhamento de dados. Pesquisadores lembram que o setor privado é diverso, mas todos querem participar das decisões dos rumos do SUS

JULIANA PASSOS

**E**ntra ano, sai ano e muitas coisas permanecem iguais. Representantes do setor privado querem mais **dinheiro do Estado**, em linhas de crédito especiais, maior participação nas esferas de decisão sobre o setor público e se colocam como a solução, elencando a flexibilidade e o maior uso de tecnologias como argumentos para serem entendidos como exemplo na prestação de serviços. Essas demandas estão no 'Livro Branco: Brasil Saúde 2019' lançado pela Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp), lançado pela primeira vez em 2014, e renovadas em 2022. As metas da Anahp incluem frear as reivindicações de aumento de salário e diminuição da carga horária de categorias como trabalhadores da enfermagem e farmacêuticos que "trazem exorbitantes impactos financeiros para o setor de saúde público e privado", como argumenta a Associação em documento sobre as pautas de interesse do setor divulgado em março de 2022.

Já o Instituto Coalizão Saúde (Icos) quer maior integração nas atividades público-privadas e desburocratização das agências reguladoras, assim como o investimento na digitalização e integração de dados em saúde, e reafirma que o setor privado tem muito a oferecer ao sistema público em relação à tecnologia e inovação. O Instituto coloca como sua missão "propor soluções que contribuam para a qualidade, a equidade e a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro" e reúne diversas asso-

ciações e sindicatos da iniciativa privada. Dele fazem parte a própria Anahp, a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Confederação Nacional de Saúde (CNS), Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), entre outras.

Mesmo sem atuar diretamente no setor de saúde com a oferta de serviços, o Instituto de Estudo em Políticas de Saúde (Iesp) foi outro que e apresentou propostas para a área em ano eleitoral, em vários documentos e estudos. O instituto tem como sócio fundador o economista e ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga Neto e se declara apartidário. O financiamento do instituto vem de dinheiro privado filantrópico e a instituição não aceita recursos de instituições governamentais brasileiras, segundo informações divulgadas por seu próprio site. No primeiro caderno da publicação 'Agenda Mais SUS', divulgada em julho,

o Iesp é explícito no que defende: "a Agenda Mais SUS defende o caminho de expansão do SUS e consolidação do modelo Beveridgiano, através do aumento relativo de recursos direcionados à saúde pública, do fortalecimento da regulação ao mercado privado e da qualificação transversal da gestão". O modelo Beveridgiano é adotado em países como Reino Unido, países nórdicos, Portugal e Espanha. Nele convivem o sistema público e suplementar, mas há uma forte cobertura universal financiada por impostos gerais e o Estado "desempenha papel central de programação, controle e prestação direta de serviços de atenção primária, secundária e terciária", detalha o documento.

O que as propostas dessas entidades tem em comum? O fortalecimento da Atenção Primária, o maior investimento público em saúde e a convicção de que a saúde suplementar deve trabalhar em conjunto com o SUS. Diante de tantos



## Dinheiro do Estado

Ialê Falleiros, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz e Sônia Fleury, pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, lembram que a relação entre público e privado no SUS vem desde a criação do Sistema, assim como os incentivos do Estado para o setor privado. Falleiros destaca a compra de tecnologia de diversos hospitais filantrópicos com linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre as décadas 1990 e 2000. Em 1998, foi criado o programa Caixa Hospitais, em 1998, e posteriormente a Time-mania, criada pela lei n. 11.345/2006. O maior dos programas foi o Reforsus, lançado em 1996, que contou com recursos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD (Banco Mundial), do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e do governo federal. “A gente tem uma série de leis e formas de garantir que esse setor privado tenha um colchão de segurança para os seus negócios. Além disso, os hospitais filantrópicos de referência vão assessorar esses hospitais públicos para que eles adotem um modelo de gestão chamado moderno e formar trabalhadores também”, diz Falleiros. O repasse da gestão do setor público em parte ou totalmente para o setor privado ganhou força no Brasil a partir do ano 2000, após a criação da lei n.º 9.637/98, que trata das Organizações Sociais (OS), acompanhada da permissão da não inclusão dos gastos com terceirização no cálculo de limites de gastos com pessoal. “O governo de Fernando Henrique Cardoso pensava no consumidor, e muito mais do que a questão da cidadania, ele tinha todo um projeto liberal. Isso significa uma redução do papel do Estado e a prestação de serviço ser feita por organismo da sociedade civil. O usuário passa a ser um consumidor. E a sociedade civil passa a ser uma prestadora de serviço. Este é um modelo diferente daquele da Reforma Sanitária. No qual a sociedade civil e os usuários são cogestores”, explica Fleury. Dados apresentados pelas pesquisadoras Angelica Santos e Luciana Servo em capítulo do livro Economia e Financiamento do Sistema de Saúde (Edições Livres, 2021. 286 pg.) informam, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que 2018, existiam 389 estabelecimentos saúde administrados por terceiros contratos com secretarias estaduais e em dados de 2017, 684 municípios declararam ter estabelecimentos administrados por terceiros. No entanto, as pesquisadoras indicam que há uma falta de transparência para saber o valor desses montantes.

pedidos, o pesquisador José Sestelo, vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Iesc/UFRJ) faz um alerta. “Não tem ninguém querendo destruir o SUS [Sistema Único de Saúde], mas existem interesses que querem instrumentalizar o sistema de saúde brasileiro, e assim tem sido feito, no sentido de se relacionar com ele de uma forma muito conveniente. Evidentemente que isso só pode ocorrer na ausência de uma iniciativa pública ou na falta de projetos estruturantes”, defende Sestelo. Ele também pontua que o setor privado não é homogêneo e é formado por um conjunto complexo de agentes que inclui grupos econômicos, empresas, indústrias, corporações profissionais e que tem ganhado um protagonismo cada vez maior nos últimos anos. Atualmente, dos 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) gasto em saúde, dois terços são destinados ao setor privado, de acordo com o Iesc. A necessidade de um maior investimento público em saúde é um consenso, mas as prioridades divergem, mesmo entre agentes do setor privado.

## Atenção Primária e dados na mira

Falar sobre o maior gasto privado na saúde não é algo novo e vem sendo detalhado pelo Iesc/UFRJ há muitos anos, seja por conta da financeirização da saúde e formação de oligopólios na área de planos de saúde e diagnóstico, quanto pelas renúncias fiscais realizadas pelo Estado para apoiar o setor privado. Já entre as transformações mais recentes em curso está o avanço da iniciativa privada sobre a Atenção Primária, o segmento de maior

expansão do SUS. Essa inserção é dupla: de um lado há uma incorporação de parte dos serviços oferecidos nesse modelo pelos planos de saúde e, de outro, a inserção desses agentes na prestação de serviços ao setor público. “Agora a Atenção Primária, que é um termo caro ao setor público, está na boca, por exemplo, do candidato [à presidência pelo partido] do Novo. E ele fala muito explicitamente que o setor privado precisa participar do SUS, precisa participar da Atenção Primária”, exemplifica Angélica Fonseca, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). A fala do candidato Luiz Felipe D’avila incluiu a defesa das parcerias público-privadas, do avanço do uso de dados na saúde e da telemedicina. Proposições que aglutinam as principais demandas apresentadas em documentos divulgados pela Anahp e Coalizão Saúde nos últimos anos e reiteradas em ano de eleição.

Em seus documentos de propostas, tanto a Anahp quanto o Icos defendem a ampliação da Atenção Primária no setor público e no privado, inclusive dando ênfase à necessidade de equipes multiprofissionais, um dos pilares do SUS. No entanto,



defendem que essa expansão seja acompanhada do avanço da telessaúde. Em 2020 o Projeto de Lei (PL) 696, de autoria da deputada Adriana Ventura (Novo-SP) foi aprovado em caráter emergencial. A deputada também apresentou o PL 1.998/2020 para autorizar a prática da modalidade de forma permanente. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril deste ano e agora está no Senado. Os projetos estão na lista de pautas prioritárias em documento da Anahp divulgado em março deste ano.

A defesa da proposta aparece no Livro Branco de 2019, em que a Anahp defende a integração dos dados para possibilitar “o desenvolvimento de estatísticas populacionais de saúde para o planejamento e execução de ações”, diz o texto. A entidade também defende que a “concentração de serviços em plataformas digitais e pontos de acesso físico (serviços integrados) melhora a interação eficiente do paciente e o trajeto através do sistema de saúde. A triagem apropriada em um nível de atenção primária evita cuidados desnecessários e caros. Para que isso aconteça, organizações dos setores públicos e privados devem trabalhar em conjunto”.

Já o Icos reuniu em documento lançado em 2022 o que considera bons exemplos no atendimento remoto vindos do Reino Unido. De acordo com depoimento de Nav Chana, diretor clínico da Associação Nacional da Atenção Primária (NAPC, na sigla em inglês) presente no relatório Diálogos Brasil-Reino Unido em Saúde Digital, as 7,5 mil Clínicas da Família britânicas levaram quatro dias para se adequar ao sistema de atendimento remoto (telefone, vídeo e mensagem de texto) e realizar a triagem daqueles que necessitam de atendimento presencial.

Um feito realizado na pandemia, diz o diretor, que levaria alguns anos para virar prática comum. A empresa responsável pela mudança, Capita, calculou que a economia do NHS seria de 200 milhões de libras por ano com a adoção da triagem remota de pacientes. Outro exemplo citado é o oferecimento por parte do hospital Albert Einstein de assistência médica especializada em 120 municípios da região Norte (especialmente no estado do Pará) em diversas especialidades: Cardiologia, Endocrinologia, Reumatologia, Pneumologia, Neurologia, Neuropediatria e Psiquiatria. O projeto foi realizado por meio do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), financiado com recursos de renúncia fiscal por parte do governo. “Na Saúde, com o uso das ferramentas digitais, temos a oportunidade de agregar recursos, simplificando processos e reduzindo a necessidade de pessoas, o que amplia a transparência. Isso também permite que o tema “redução de custos”, que preocupa não apenas as fontes pagadoras, mas a sociedade de forma geral (que não vem suportando o incremento dos custos assistenciais), seja abordado de forma muito criteriosa”, escreve o presidente institucional do Icos, Carlos Lottemberg.

O documento do Ieps coloca que não há consenso sobre como deva funcionar o telessaúde entre os especialistas consultados e afirma que na disputa entre os modelos público e privado, duas propostas impulsionariam o privado: a criação de planos de saúde a baixo custo – e sobre o qual o Ieps tem posição contrária por não garantir equidade – e o *Open Health*, um sistema que agruparia os dados de todos os usuários do sistema de saúde – especialmente privada – de modo a oferecer planos específicos para os usuários, da mesma maneira como funciona o *Open Banking*.

O oferecimento de serviços de telessaúde ao lado de outro movimento das entidades privadas em defesa do compartilhamento de dados dos usuários, que poderiam levar ao *Open Health*, pode trazer grandes mudanças na oferta de serviços em saúde na visão de Luiz Vianna, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). “Eu vejo um movimento dentro do mercado, um interesse forte na Atenção Primária, que era uma área que não havia interesse antes justamente por ser uma área de serviços de relação entre sujeitos, equipes de saúde”, comenta. Essa grande virada se daria pela possibilidade de venda de serviços de novas estruturas e de gestão não só da saúde como dos dados dos usuários. “As estruturas de

saúde digital permitem a venda de serviços através de algoritmos, de *callcenters*, de serviço padronizado. Transforma uma coisa que é atenção em insumos que podem ser vendidos. Virou o novo Eldorado dos planos de saúde. E todos têm falado nisso”, relata. Vianna compara as mudanças vindas na pandemia, com a autorização da telessaúde por parte do Conselho Federal de Medicina e a liberdade para a compra de serviços de saúde por parte dos municípios sem que exista regulação. “Uma coisa é o telessaúde como era feito antes, vamos dizer assim de 2015, 2016, que é transmissão eletrônica de prontuários, imagens e assessoria e teleconsulta, teletendimento e interconsulta, suporte para áreas distantes. Outra coisa é você começar a ter atendimento por robôs e inteligência artificial, atendimento a partir de profissionais que nem são profissionais de saúde, você colocar *callcenters* gigantes e usar o argumento de estar dando assistência àqueles que estão distantes, está dando assistência aos rincões”, projeta.

O pesquisador da UFRJ Arthur Monte, também vinculado ao Iesc, observa com cautela os movimentos da iniciativa privada na Atenção Primária sob o argumento que há dificuldade de obtenção de lucro. No entanto, vê com pessimismo essa entrada. “Então a Atenção Primária, assim como a telemedicina, só poderia prosperar com



PETER ILLICIEV

negócios rentáveis, nos parece, se elas esvaziarem esse conteúdo da atenção básica”, opina. E na avaliação das professoras-pesquisadoras da EPSJV/Fiocruz Márcia Valéria Morosini e Angélica Fonseca é exatamente isso que está acontecendo.

## Antecedentes

Para elas, o marco da virada na Atenção Primária foi a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2017. Mudanças que já vinham sendo sinalizadas pelas declarações do então ministro da Saúde Ricardo Barros que davam ênfase ao controle de gastos e a necessidade de economia na saúde naquele mesmo ano. Uma das principais alterações realizadas pela política foi o novo cálculo de previsão do número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), anteriormente incentivado quanto maior fosse a vulnerabilidade do território. Com as novas regras, passou a ser indicado por “de acordo com base populacional”, o que poderia levar a composição de equipes com apenas um ACS. “O Agente Comunitário de Saúde é um trabalhador que não combina com o setor privado, toda a estrutura do trabalho dele está centrada na compreensão da determinação social do processo de saúde e doença. Isso significa olhar para o território e para o modo de vida daquela população. Então a gente percebe uma desconstrução de princípios norteadores de uma Atenção Primária à Saúde compromissada com os princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade”, argumenta Morosini.

Outra crítica foi a previsão de decomposição das equipes, uma vez que a PNAB divide ações entre “essenciais” e “ampliadas”, na contramão do princípio de integralidade preconizado pelo SUS, defendem Fonseca e Morosini. “Ao fazer isso você está definitivamente se aproximando do modelo de cuidado que os planos privados passaram a oferecer nos seus serviços, incorporando alguns preceitos da Atenção Primária, mas como forma de reduzir custos e evitar o maior uso do plano. Este é um modelo sem a interdisciplinaridade”, defende Fonseca. A portaria nº 2.539 de 26 de setembro de 2019 é citada pelas pesquisadoras como mais um elemento dessa fragmentação, pois permite que as equipes de saúde sejam formadas apenas por médicos e enfermeiros, em detrimento da equipe multiprofissional.

Em 2019, o governo mudou a forma de repasse dos recursos para os municípios com a criação do Previne Brasil, sob a portaria nº 2.979. O programa acaba com o repasse fixo, calculado a partir dos números de habitantes calculados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e passa a ser feito a partir do número de pessoas ca-

dastradas nas unidades de saúde e a orientação de repasses passa a se dar pelos critérios de captação ponderada [que depende das metas alcançadas]; o pagamento por desempenho e o incentivo para ações estratégicas. Para Angélica e Márcia Valéria, a nova forma do cálculo de repasses não só reduz o montante de repasses como muda a forma de atuação da Atenção Primária.

“A ênfase na pessoa cadastrada ou assistida desperta a preocupação quanto ao enfoque no indivíduo, em detrimento da perspectiva comunitária e da atenção territorializada. Agravava a ruptura com o princípio da universalidade, admitindo que parte da população não será atendida na atenção básica, e evoca a ideia de cobertura universal, com direcionamento de recursos escasseados para os segmentos mais pobres da população, promovendo um modelo de APS focalizante”, escrevem em artigo. Um exemplo desse impacto da nova gestão é que o cálculo dificulta a manutenção das equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf) que inclui assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional entre outros. “A gente percebe [com essas mudanças] uma perda de centralidade da Estratégia Saúde da Família, que era o modelo com uma clínica ampliada e que aponta para uma composição múltipla daquilo que se entende como organização do cuidado em saúde, não simplesmente centrado no saber biomédico, nas práticas biomédicas, no médico e enfermeiro”, argumenta Márcia Valéria.

A crítica à forma de financiamento do Previne é compartilhada em parte pelo diretor de políticas públicas do Ieps, Arthur Aguillar, que defende a reformulação dos cálculos do programa.



PETER LUCIEN

O primeiro ponto elencado é que o novo cálculo não trouxe mais investimentos para a Atenção Básica. “Então é como se você tivesse um jogo de soma zero, quando está todo mundo disputando para não perder dinheiro, não para melhorar”, diz. O outro problema é o aumento de financiamento estipulado por metas e não por variação e ele exemplifica: “Uma coisa que a gente propõe na ‘Agenda Mais SUS’; é que tenha indicadores de nível, mas tenha indicadores da variação, para premiar esses municípios que mediam 2% da hemoglobina aplicada da sua população diabética e agora está medindo 30, esse é um grande avanço e precisa ser reconhecido pelo programa”, defende. Apesar de defender a existência de novas métricas, Aguillar argumenta que faltam parâmetros para medição de qualidade no SUS. Um assunto para os quais o instituto não tem respostas prontas, mas quer participar da discussão.

Entre os desdobramentos da nova PNAB e o processo de privatização da Atenção Primária, as pesquisadoras da EPSJV elencam a criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), em 2021, e o primeiro programa colocado em prática por ela, o Médicos pelo Brasil. As ações da agência têm supervisão do Ministério da Saúde, mas é definida como “serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública”. A composição de

seu Conselho Deliberativo é formada por seis representantes do Ministério da Saúde, um do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e outro Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), três representantes de entidades médicas e um representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS). As pesquisadoras entendem que com a criação da Adaps “foram criadas condições para que uma entidade privada assuma a gestão da atenção básica, incluindo a captação de recursos de outras fontes” e se constitui como “uma nova e ampla porta de entrada para o setor privado no SUS”.

A primeira chamada do Médicos pelo Brasil aconteceu no começo de 2022, possibilitada pela criação da Adaps. O lançamento do programa, ainda em 2019, foi comemorado pelo presidente da Unimed, Alexandre Ruschi, por permitir a entrada da saúde suplementar. “O Médicos pelo Brasil deixa aberta a oportunidade para que o Sistema Unimed e a própria saúde suplementar possam ser parceiros do Estado nessa iniciativa”, escreveu em nota publicada no site do grupo que integra o Instituto Coalizão Saúde.

Mesmo diante de um cenário de abertura maior comercialização de serviços para a Atenção Primária, Angélica Fonseca concorda com Arthur Monte de que ainda é cedo para falar sobre o que de fato irá se concretizar. “Eventualmente, o setor privado quer abrir oportunidades e depois identificar como se aproveitar melhor dessa abertura. O que a legislação faz, o que as normativas fazem, é estabelecer essas oportunidades no modelo que pode ser apropriado ou não, depende de como se figurar posteriormente”, avalia.

## Gestão do dinheiro e serviços

Em abril o Poder Data realizou uma pesquisa encomendada pela Anahp que identificou que a maior dificuldade dos usuários do SUS está em conseguir marcar consultas e exames, além de internações. Ainda assim, o grau de satisfação com o SUS e a saúde privada são similares, cerca de cinco em cada dez brasileiros considera que teve um atendimento ótimo/bom quando procurou um sistema de saúde. A média aumenta com a renda. A porcentagem de satisfação de bom/ótimo sobe para 70% entre os que ganham mais de dez salários mínimos e utilizam plano de saúde. A resposta para a melhoria do setor público é unânime: mais investimento do Estado. A forma que esses investimentos seriam aplicados é que trazem divergências. Agentes privados como a Anahp e Icos querem maior financiamento via bancos públicos tanto para suas estruturas quanto para a aquisição

de medicamentos, além da diminuição de impostos.

Já o Ieps tem uma proposta menos setorizada. O primeiro ponto levantado pela Coordenadora de Advocacy e Relações Governamentais do Ieps, Rebeca Freitas, é que a saúde suplementar deveria estar provendo mais serviços para o SUS e deveria haver uma harmonia maior. “Mas não existe porque há um desequilíbrio e uma competição, tanto por recursos do orçamento, recursos financeiros, quanto também uma disputa pela mão de obra, por recursos humanos. Hoje também a gente vê não só essa discrepância de destinação de recursos, como também uma maior participação do setor privado na gestão do SUS”, diz. A meta estipulada pelo Ieps para o crescimento do investimento público em Saúde é que ele saia de quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB) – um terço do total investido – para 6% até 2030. Essa porcentagem é a estabelecida pela Organização Panamericana da Saúde (Opas). Atualmente o investimento público em saúde é um terço do total, os outros dois terços têm como fonte empresas e pessoas físicas.

José Sestelo concorda que é preciso aumentar o investimento em saúde, pequeno em relação a outros países de renda média, como a Argentina e Colômbia. Nesse segundo caso, ele pondera que apesar do gasto público ser elevado, o setor privado tem um grande controle sobre a destinação dos recursos. “Então, é claro que é importante a gente ter mais recursos públicos, mais gasto público em saúde, mas não apenas isso, é preciso ponderar qual é o padrão de articulação público-privada que deve prevalecer no nosso sistema de saúde”, diz e complementa: “Na prática, o nosso padrão de articulação público-privado se assemelha ao de um país como os Estados Uni-

dos, que é reconhecidamente um sistema que tem características privatistas. É um paradoxo. Como é que pode um país como o Brasil ao mesmo tempo que tem uma política pública bem estruturada como é o Sistema Único de Saúde, ser o segundo maior mercado de plano de saúde do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos? É difícil de entender”, questiona. O pesquisador critica também o que chamou de “nova institucionalidade” que se criou desde o começo da pandemia do coronavírus, com a criação de fundos de doações privadas que arrecadaram bilhões para cestas básicas, medicamentos e equipamentos de proteção individual. “O montante de doações rivalizou com o montante adicional que o próprio governo federal disponibilizou. É mais dinheiro? É, é claro. É útil, ajudou muitas pessoas? Ajudou. Mas agindo assim fugimos totalmente da compreensão do que seria um sistema republicano em que se define democraticamente a gestão dos recursos públicos. Por que não se paga imposto, e aí dos recursos dos impostos se decide democraticamente o que fazer com isso?”, pergunta.

Arthur Monte, também pesquisador do Iesc, concorda. Ele lembra que em muitos países o sistema público é o organizador do sistema de saúde e isso garante o acesso da população, caminho que o SUS deveria seguir para se tornar verdadeiramente universal. “O SUS deveria atuar como o pagador e regulando os fluxos de acesso, regulando o pagamento. Por outro lado, nós precisamos fortalecer os serviços públicos que já existem e ampliar a gama de serviços públicos oferecidos”, finaliza.

\*O Instituto Coalizão Saúde não respondeu o pedido de entrevista e a Anahp informou que não teria disponibilidade de agenda. ●

# Branquitude

**E**studos sobre história e cultura afro-brasileiras têm evidenciado o fato de que a sociedade ocidental foi educada a partir de uma visão eurocêntrica de mundo, em que os feitos dos colonizadores foram ensinados, geração após geração, como conquistas e atos heroicos. Por este ponto de vista, criou-se uma ideia do homem branco como vencedor, a força motriz de uma expansão capitalista que, por séculos, sequestrou, escravizou e aniquilou povos inteiros. Mais de 130 anos após a assinatura da Lei Áurea, declaração ‘formal’ que determinou a abolição da escravatura em solo brasileiro - sem que houvesse indenizações ou posteriores políticas de integração aos recém-libertos - hoje, são notórios e crescentes o ativismo e o movimento social negro, bem como os debates acerca de consequências pessoais, sociais e econômicas dos quase 400 anos de escravização do povo africano e afrodescendente. Apesar do avanço das discussões referentes à reparação histórica de pretos e pardos, um aspecto desta engrenagem permanece em segundo plano: a invisibilização do branco escravizador. É neste campo crítico, de estudos referentes aos privilégios da pessoa branca em sociedades estruturadas pelo racismo, que surge o conceito de ‘branquitude’.

“Quem é que conta nossa história? Geralmente ouvimos a história dos vencedores, colocados como catequizadores ou civilizadores”, argumenta o sociólogo e professor adjunto na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), Lourenço Cardoso. E completa: “E quando falamos de escravidão, sim, o escravizador branco está morto, assim como os escravizados. A questão é a opressão no

presente que se dá pelo racismo. Olhar o passado é necessário para que a gente busque compensações econômicas. Isso é algo importante e tangível, por causa das vantagens econômicas que os brancos tiveram e que ainda têm nos dias de hoje. Jogar a questão da escravização para o passado deixa confortável os opressores do presente”, opina Cardoso.

Há diferentes conceituações para o termo branquitude, mas o argumento central é consenso entre autores. “A branquitude é uma racialidade construída socio-historicamente como uma ficção de superioridade, que produz e legitima a violência racial contra grupos sociais não-brancos e beneficia os brancos dando a eles privilégios materiais e simbólicos”, explica a professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lia Vainer Schucman. A professora adjunta e coordenadora de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Ionara Magalhães, complementa: “A branquitude se revela como um sistema político do pensamento social, um fenômeno ideológico pautado na colonização, racialização do outro e negação do racismo. Ela se fundamenta na compreensão do branco enquanto sujeito racializável, alvo de análise e pesquisa”, explica Magalhães.

Foi a partir da década de 1990 que os estudos sobre raça começaram a mudar de foco, deixando de priorizar apenas as pessoas negras, ainda nos Estados Unidos. Em seu livro ‘Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo’ Lia Schucman afirma que esse movimento se deu quando “os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos ‘outros’ racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos”.

Racializar o branco é fundamental para a discussão sobre branquitude, já que desde o século 16, os racializados, ou seja, as pessoas vistas como uma ‘raça diferente’ eram as não-brancas. “O mundo é todo feito para o branco se sentir representado como se ele fosse o padrão universal de humanidade. Como se quem tivesse raça fosse o negro ou o indígena e os brancos fossem genéricos. Isso é um privilégio muito grande”, afirma Schucman. Lourenço Cardoso explica que o conceito de branquitude tensiona o que é ser branco. “Branco é uma invenção de si no momento colonial. Eu me invento na medida em que eu invento o outro”, reflete o pesquisador. “É uma identidade de contraste com uma hierarquia, uma identidade que se faz: eu coexisti com o outro, eu somente existo a partir da sua existência. Essa é a lógica do pensamento ocidental”, diz.

Em seu livro ‘Pequeno Manual Antirracista’, a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro reforça: “Pessoas brancas não costumam pensar o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado em negritude. (...) Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio”, aponta Ribeiro.

## Negritude x Branquitude

No Brasil, de acordo com dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56,1% da população se autodeclara negra, entre pretos e pardos. Já segundo a Pesquisa PoderData, de 2020, 81% dos brasileiros disseram haver preconceito contra negros no Brasil por causa da cor da pele, enquanto apenas 34% afirmaram ter preconceito contra os negros. Os números não batem. “Não existe um país com racismo estrutural sem

racistas, é impossível. A máquina não gira sozinha. Só existe esse racismo estrutural porque os brancos se beneficiam. Quando eles vão selecionar alguém para trabalhar e acham que o branco é mais competente; ou quando vão selecionar alguém para fazer a propaganda, o marketing da empresa, e acham que a pessoa branca é mais bonita”, argumenta Schucman.

É na crítica a essa imposição do negro como ‘o outro’, logo, o diferente que nasce o conceito de negritude. Ele surge em meados de 1930, como um pensamento dos negros da diáspora africana, principalmente franceses, que ressignificam a ideia de ser negro. “Negro é inteligente, é bonito. Com a negritude você reinventa o que é ser negro. É o negro inventando a si mesmo ou reinventando aquilo que foi inventado pelo branco. Já o conceito de branquitude está questionando o branco. A branquitude está para além do corpo, tem a ver com economia, com representação”, explica Cardoso.

## O mito da democracia racial e a manutenção dos privilégios brancos

No livro ‘Casa Grande e Senzala’, de 1933, Gilberto Freyre ajudou a propagar a ideia de democracia racial, segundo a qual a miscigenação ocorrida no solo brasileiro havia criado uma realidade na qual as relações sociais eram pautadas pela igualdade entre indivíduos de diferentes cores e etnias, onde as diferenças que se apresentam são ‘apenas’ as de classe. Ao se acreditar nessa ideia, o racismo perde seu papel estrutural e estruturante das relações, e faz com que o discurso meritocrático encontre embasamento teórico. Para Schucman, só é possível reconhecer mérito quando as oportunidades foram, de fato, iguais. “A denúncia do privilégio mostra que não é o mérito que faz com que os brancos cheguem aonde chegaram. E sim, o próprio privilégio. A ideia de mérito só funciona junto com essa ideologia da democracia racial. Esta é uma constatação para que se possa criar oportunidades iguais e políticas públicas de igualdade racial”, aponta. Ionara Magalhães também reflete sobre o risco de uma sociedade de memória seletiva, fundamentada na premissa de democracia racial. “O fato de o branco não reconhecer, não refletir sobre a sua identidade racial, sobre sua participação atroz na produção histórica das mazelas sociais e perpetuação das iniquidades tende a provocar uma abstenção das responsabilidades com relação aos privilégios raciais que detém”, aponta.

Para pesquisadores do tema, não responder pela raça ou por um grupo é prerrogativa da pessoa branca, já que pelo fato de a pessoa fazer parte de um grupo racializado, ela é sempre obrigada a responder por um coletivo, enquanto a pessoa branca é vista como indivíduo. “Coisas que a gente nem imagina,

como, por exemplo, poder sair de casa sem documento, poder entrar em uma loja, comprar algo e não pensar que você tem que guardar a notinha para provar que você comprou. Sair de chinelo, bermuda, sem camiseta, e não acharem que você é um ladrão. A pessoa branca liga a televisão e sente representada o tempo todo pelo ator ou atriz principal”, revela Schucman.

## Mas, afinal: quem é branco e quem é negro?

Brancura é um conceito complexo, afirma Ionara Magalhães. “A definição do branco e do negro são produções histórico-político-culturais que extrapolam a perspectiva biologizante. Ser socialmente branco no Brasil corresponde a exercer uma função social que lhe confere autoridade, deferência, um respeito automático que possibilita mobilidade social. O negro, portanto, é o outro. O negro é o não-branco”, afirma Magalhães. Aprofundando ainda mais a discussão para a vertente histórica, quem é branco e quem é negro passa a depender ainda de diferentes variáveis e subjetividades. Lourenço Cardoso fala sobre o termo branco não-branco em seu livro ‘Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil’, em que aponta detalhes sobre o processo de formação do Brasil. “O português que colonizou o africano, antes foi colonizado pelo próprio africano. Ele já tem uma mistura cultural e biológica com o africano. Quando vem para o Brasil, com o tráfico dos escravizados e com a questão da mestiçagem fruto do estupro, é feita outra mestiçagem. Então, o branco brasileiro é sempre o branco não-branco comparado a outros brancos, como os franceses ou ingleses. Esse não-branco se faz sempre por comparação”, destaca o historiador.

## Luta antirracista

Djamila Ribeiro reforça em ‘Pequeno Manual Antirracista’ que “perceber-se é que permite situar nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis. Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes as únicas pessoas negras estão servindo mesas”. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2020, divulgada pelo IBGE, pretos e pardos com curso universitário ganham 31% menos que brancos. Outra pesquisa, intitulada ‘Racismo no Brasil’, divulgada em maio de 2021 pelo Instituto Locomotiva, aponta que apenas dois de cada dez brasileiros afirmam ter um chefe negro, enquanto 73% dos brasileiros afirmam possuir chefes brancos e 5% amarelos.

Apesar do aprendizado sobre os privilégios, Schucman frisa que o letramento racial crítico, ou de forma bastante resumida, uma compreensão crítica acerca do tema, não muda nada sem que se use essas informações como uma mola para a luta antirracista. “Os brancos sabem que têm privilégios. Não é a alienação sobre saber o que é privilégio que os fazem agir assim, é exatamente por não terem uma conduta ética moral que faça com que as pessoas se sintam responsabilizadas pela manutenção do racismo estrutural. E a verdade é que não tem como mudar a estrutura sem os indivíduos mudarem as instituições em que eles estão. As instituições são feitas de indivíduos, elas não se movem sozinhas. Não é sobre a reflexão, é sobre como esse indivíduo pode criar normas, regras e leis institucionais para garantir equidade, igualdade. Para que aquela mudança seja permanente” ●

# Centenário da Morte de Lima Barreto

**E**u sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade". Há 100 anos morria, aos 41 anos, o escritor Lima Barreto, autor de clássicos como 'O triste fim de Policarpo Quaresma' e 'Recordações de Isaías Caminha'. Morreu sem ter escrito a História da Escravidão, promessa feita no livro 'Diário Íntimo', mas deixou inúmeros textos que narravam

o cotidiano e denunciavam o racismo da sociedade brasileira. Crítico mordaz da sociedade da época, Lima Barreto nasceu sete anos antes da proclamação da Lei Áurea, em uma família de descendentes de escravos, com pai tipógrafo e mãe professora. Apadrinhado pelo Visconde de Ouro Preto, o futuro escritor pôde estudar no Colégio Pedro II e ingressar no curso de Mecânica na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Ficou órfão de mãe na infância e quando estava na faculdade, o pai perdeu o emprego e adoeceu – o que obrigou o escritor a assumir as contas da família e abandonar os estudos. Sua principal fonte de renda era do trabalho como amanuense – profissional que fazia a cópia de textos e documentos à mão – na Secretaria de Guerra, além do que recebia como cronista e articulista. Em uma época em que a literatura de maior sucesso respeitava métricas e era escrita em forma de soneto, a prosa pré-moderna de Barreto não foi bem aceita pelos críticos. Em tom irônico e muitas vezes autobiográfico, os textos nomeados pelo autor como 'militantes' criticavam 'burocratas', a 'burguesia' e as práticas eugenistas, o que incluía o futebol, em uma época que os jogadores negros eram impedidos de entrar em campo. O escritor classificava o esporte como 'elitista', 'violento', 'racista' e que nunca interessaria ao povo. Felizmente, os tempos mudaram e ao longo das décadas o futebol se tornou popular.



EXPOSIÇÃO



**MANGUINHOS  
DE MUITAS  
MEMÓRIAS**

**HISTÓRIAS DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DA FIOCRUZ**

---

Exposição virtual com o propósito de estabelecer um lugar de memória para os primeiros trabalhadores técnicos, os antigos auxiliares de laboratório, que atuaram nos primeiros 30 anos de existência da Fiocruz.

---

**ACESSE:**

[www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br](http://www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br)

